

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Keisy Moreira de Moraes

**REPRESENTAÇÕES DE POSIÇÃO-SUJEITO MULHER
NEGRA NA OBRA *QUARTO DE DESPEJO*: MODOS DE
FUNCIONAMENTO NO DISCURSO LITERÁRIO**

Santa Maria, RS
2023

Keisy Moreira de Moraes

**REPRESENTAÇÕES DE POSIÇÃO-SUJEITO MULHER NEGRA NA OBRA
QUARTO DE DESPEJO: MODOS DE FUNCIONAMENTO NO DISCURSO
LITERÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS
2023

Keisy Moreira de Moraes

**REPRESENTAÇÕES DE POSIÇÃO-SUJEITO MULHER NEGRA NA
OBRA *QUARTO DE DESPEJO*: MODOS DE FUNCIONAMENTO NO
DISCURSO LITERÁRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em Letras**.

Aprovada em 30 de junho de 2023:

Verli Fátima Petri da Silveira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Caciane Souza de Medeiros, Dra. (UFSM)
(por videoconferência)

Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia, Dra. (UFPR)
(por videoconferência)

Maria Cleci Venturini, Dra. (UNICENTRO)
(por videoconferência)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Deixar meus agradecimentos registrados aqui é motivo de muita emoção, chegar nesse momento e dizer o quanto sou grata pelas pessoas que cruzaram o meu caminho, que fizeram a diferença na minha formação, com palavras de incentivo, apoio, que foram ombro amigo e tiveram o braço estendido. Não sei por onde começar, porque fico com os olhos cheios e a voz embargada. Não acredito que cheguei aqui! Gratidão!

Meus agradecimentos:

A Deus, pelo fôlego de vida e pela saúde para correr atrás dos meus objetivos.

À Prof^a Verli Petri, que me apresentou o mundo da pesquisa, foi uma das minhas maiores incentivadoras, que acreditou no meu potencial e caminhou lado a lado para que eu chegasse até aqui.

À minha família, que não desistiu de mim, sempre com palavras positivas, que entendeu minha ausência e me motivou em vários momentos. Em especial, meu pai, Elci Marques, sapateiro que tem suas mãos marcadas pelo trabalho, que me ensina todos os dias o que é simplicidade e humildade, e desperta em mim a vontade de correr atrás dos meus sonhos não importa os obstáculos.

Não posso deixar de agradecer a minha amada mãe, Maria Eni, que foi âncora, colo, presença e minha grande inspiração nos estudos, sempre me apoiando em todos os momentos.

À Débora Wink que esteve presente nos momentos que mais precisei, com palavras doces e motivadoras dizia: “você vai conseguir”.

Aos meus colegas e ao grupo PALLIND, que foram importantes no meu caminho de pesquisa, senti-me acolhida e pude compartilhar das minhas inquietações teóricas, aprendi muito com cada um de vocês.

À Caciane Medeiros, Gesualda de Lourdes e Maria Cleci, pela leitura atenta, pelas contribuições e reflexões.

À Universidade Federal de Santa Maria, ensino público, gratuito e de qualidade, que foi minha segunda casa durante anos e que tenho um carinho muito especial.

Enfim, a todos que cruzaram o meu caminho de alguma forma, obrigada.

A importância de estudar autores negros não se baseia numa visão essencialista, ou seja, na crença de que devem ser lidos apenas por serem negros. A questão é que é irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber. É possível acreditar que pessoas negras não elaborem o mundo?
(RIBEIRO, 2019, 64-65)

RESUMO

REPRESENTAÇÕES DE POSIÇÃO-SUJEITO MULHER NEGRA NA OBRA *QUARTO DE DESPEJO*: MODOS DE FUNCIONAMENTO NO DISCURSO LITERÁRIO

AUTOR: Keisy Moreira de Moraes
ORIENTADORA: Verli Fátima Petri da Silveira

Este estudo situa-se na linha de pesquisa “Língua, Sujeito e História”, pelo cunho investigativo, no qual foi necessário ler, descrever, interpretar e analisar as representações de posição-sujeito mulher negra na obra *Quarto de despejo* (2014), de Carolina Maria de Jesus, a fim de entender os movimentos de sentidos que construíram esse discurso literário. Nossa pesquisa buscou compreender, tendo como base o funcionamento dos sentidos desse discurso e o que propõem os dispositivos analíticos em Análise de Discurso: as distintas representações de posição-sujeito mulher negra na obra *Quarto de Despejo*. Dessa forma, nosso objetivo consistiu em analisar, por meio da mobilização de conceitos, o modo como a mulher negra foi representada em uma obra literária do século XX, a partir de sequências discursivas recortadas da obra, nas quais foi possível identificar traços do imaginário social, a partir das tomadas de posições-sujeito moradora da favela, escritora e mulher negra. Para isso, tivemos como foco principal as representações de posição-sujeito, categorias de análise tal como foram propostas por Petri (2004), tendo em vista que trabalhamos com a ficção. Essa abordagem nos permitiu compreender um pouco mais sobre a condição da mulher negra e como se insere no discurso literário em determinado momento histórico.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Discurso literário. Mulher negra. Representação de posição-sujeito.

ABSTRACT

REPRESENTATIONS OF THE SUBJECT-POSITION BLACK WOMAN IN *QUARTO DE DESPEJO*: MODES OF OPERATION IN LITERARY DISCOURSE

AUTHOR: Keisy Moreira de Moraes
ADVISOR: Verli Fátima Petri da Silveira

This study is part of the research field “Language, Subject and History”, due to its investigative nature. It involved reading, describing, interpreting, and analyzing the subject positions of black women in Carolina Maria de Jesus work *Quarto de despejo* (2014) in order to understand the shifts in meaning that construct this literary discourse. Our research aimed to comprehend, based on the functioning of the meanings in this discourse and the analytical devices proposed by Discourse Analysis: the different representations of the position-subject black woman in the work *Quarto de Despejo*. Thus, our objective was to analyze, through the mobilization of concepts, how black women are represented in 20th century literary work by extracting discursive sequences from the work that allow for the identification of traces of the social imaginary through the subject-positions of slum dwellers, writers and black women, with a primary focus on issues related to how they are perceived in the discourse. To achieve this, our main focus was on Position-Subject Representations, analytical categories as proposed by Petri (2004), considering that we are dealing with fiction. This approach allowed us to gain a deeper understanding of the condition of black women and their insertion into the literary discourse during a specific historical moment.

Keywords: Discourse Analysis. Literary discourse. Black woman. Representations.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Escritora Carolina Maria de Jesus.....	19
FIGURA 2 – Uma das primeiras reportagens anunciando o livro de Carolina saiu no jornal Última Hora, em 1960. Nota-se que as referências a “lixo” e “catadora” vão ser marcantes na trajetória da escritora mineira.....	26
FIGURA 3 – Boicotada pelos escritores consagrados, que não prestigiaram o lançamento do seu livro, Carolina teve a alegria de ter a presença de Pelé, grande destaque da época, na foto com o jovem Benedito Ruy Barbosa, ao lado de Audalio Dantas (de perfil).....	27
FIGURA 4 – Esta notícia faz parte das mistificações sobre a fortuna ganha por Carolina com o seu livro, por causa disso a escritora sofreu perseguições, teve sua privacidade invadida e sua casa de alvenaria virou templo de romaria e pedintes.....	28
FIGURA 5 – Carolina lendo na janela do seu barraco.....	29
FIGURA 6 – A escritora Carolina Maria de Jesus em seu cotidiano.....	38
FIGURA 7 – Formações imaginárias.....	65
FIGURA 8 – Carolina escrevendo.....	70
FIGURA 9 – Carolina é referência para outras escritoras.....	81
FIGURA 10 – Carolina Maria de Jesus.....	83
FIGURA 11 – A fome.....	88
FIGURA 12 – Carolina resiste.....	90

SUMÁRIO

1	UM PERCURSO SOBRE DIZERES E SENTIDOS.....	9
2	A TRAJETÓRIA DA “POETIZA PRETA”: UMA PEREGRINAÇÃO DA FAVELA PARA O MUNDO.....	19
3	O QUARTO DE DESPEJO E SUAS DESIGNAÇÕES.....	29
4	A VOZ QUE RESSOA DA FAVELA: CONSTRUINDO UM DISCURSO DE RESISTÊNCIA.....	38
4.1	DO QUARTO DE DESPEJO À SALA DE JANTAR: O SUJEITO CAROLINA E SEUS ESPAÇOS DE SIGNIFICAÇÃO.....	39
4.2	NAS VIELAS DA MEMÓRIA: UM DISCURSO NA/DA FAVELA.....	60
5	ENTRE DIZER E CALAR: A MULHER NEGRA SIGNIFICA.....	70
6	A FOME TAMBÉM É “PROFESSORA”: FUNCIONAMENTO DO SIMBÓLICO.....	81
7	A FAVELA EXISTE E RESISTE: O DIÁRIO E SEUS EFEITOS DISCURSIVOS.....	90
	REFERÊNCIAS.....	95

1 UM PERCURSO SOBRE DIZERES E SENTIDOS

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2015, p. 30).

Nesta reflexão, assumindo uma posição-sujeito de pesquisadora em Análise de Discurso, que está construindo reflexões teóricas e solidificando-as durante o percurso, apresento este caminho que foi trilhado desde a graduação, no curso de Bacharelado em Letras, fruto de uma inquietação teórica e insistente em entender os sentidos das palavras, saber que posso mobilizá-los e que por meio da história e da memória, elas podem se (res)significar. Tal compreensão teórica foi fruto de alguns anos de dedicação e pesquisa, que teve início na graduação, mas que não terá um fim, porque as palavras continuam produzindo sentidos em mim.

O primeiro contato que tive com a Análise de Discurso foi através de uma disciplina na graduação, ministrada pela Profa. Dra. Verli de Fátima Petri da Silveira, minha orientadora de TCC e de mestrado, que era uma DCG¹ do curso bem inicial sobre os principais conceitos da AD, nesta disciplina pude compreender que somos sujeitos dotados de inconsciente e atravessados pela ideologia, o que fez todo o sentido para mim. O que o sujeito diz vem carregado de sentidos e não é novo, pode ser uma repetição de algo que foi dito anteriormente? Logo não somos donos do nosso dizer? Sim, questionamentos assim surgiam no final das aulas, essas perguntas e esses embates enquanto sujeito colocavam-me em um lugar desconfortável e desconstruíam, aos poucos, algo dentro do meu “eu”, a certeza de que era a detentora do meu dizer. Posso dizer que a AD possibilitou/possibilita essa desconstrução que ecoa em nós, enquanto sujeitos, de que não somos donos do nosso dizer e tampouco podemos controlar os sentidos sobre o que dizemos.

Perguntas, dúvidas, situações surgiam, assim, sentia-me mais interessada pelos conceitos, foi então que participei de um Minicurso da área, sobre a AD, intitulado: “Ler, descrever, interpretar: palavra, língua e discurso”, no ano de 2018, em Silveira Martins- RS, lá tinha muitos trabalhos que mobilizavam a teoria, inclusive

1 Disciplina complementar de graduação.

a exposição de antigos dicionários de vários períodos, em uma sala especialmente preparada para isso, dando ao visitante um espaço para refletir sobre a história das palavras no interior dos dicionários e para além deles.

Como desde minha adolescência me interessei por questões relacionadas à escravidão, por ter uma história na minha família de um bisavô que foi escravizado, não tinha documentos, minha primeira ideia foi pesquisar sobre a palavra escravidão, a partir dessa pesquisa inicial, percebi que poderia seguir nessa linha de pesquisa.

Foi então que surgiu o verbete “escravo” a partir dos dicionários, mas como queria entender sobre o contexto das mulheres no período pós-abolição, pesquisei o verbete “escrava”! Como forma de compreender onde elas estavam inseridas nesse contexto. Um achado de pesquisa inicial e desafiador. Prontamente conversei com minha orientadora e consegui propor a pesquisa a ser desenvolvida para o meu TCC, que teve por título: “De escravas a empregadas domésticas: processos de polissemia e paráfrase em anúncios no *Facebook*,” este tema surgiu da relação de sentidos postos nos dicionários consultados do século XIX e XXI para a palavra “escrava”, pensando nos inúmeros anúncios de contratação de empregadas domésticas, muitas vezes abusivos e que vão contra a Lei trabalhista, esses anúncios foram observados em uma página no *Facebook*, denominada “Vagas arrombadas”² no ano de 2017 .

Durante a pesquisa entendi que precisava compreender se realmente a história da escravidão, a qual teve seu “fim” em 1888, permanecia ou não no início do século XXI. Por fim, analisando os recortes dos anúncios, consegui estabelecer relações entre um período e outro, via mobilização do conceito de *polissemia* (ORLANDI, 1996), que apresentou diferentes concepções a partir da historicidade. Assim compreendi a movência de sentidos que constituíam os anúncios de empregadas domésticas no *Facebook*, trazendo o diferente no discurso a partir do mesmo.

Durante a minha caminhada pessoal, essa inquietação teórica ainda me acompanhava, mesmo tendo saído da universidade e investido na docência escolar. As discussões ainda ressoavam em minha memória, a inquietação não passou com

2 Disponível em: <https://m.facebook.com/vagasVTNC>

a conclusão da graduação. O resultado de tudo isso foi, em plena pandemia do novo coronavírus, o meu retorno à UFSM, desta vez para cursar o mestrado em Letras.

Para o mestrado, produzi um deslocamento: antes me interessara em ver como os sentidos de escravidão ressoavam na rede social digital, nesta nova fase decidi investir no discurso literário. Este viés de estudo surgiu por meio de um questionamento do modo como funcionam as análises em AD em uma narrativa de ficção, com o objetivo de analisar como as mulheres negras são representadas, a partir da obra *Quarto de Despejo*, obra do século XX, de Carolina Maria de Jesus, num esforço de tentar formular os sentidos a partir das evidências já construídas *na e pela* história.

A obra é escrita em forma de diário e apresenta os relatos escritos entre 15 de julho de 1955 e 1 de janeiro de 1960, seguidos de dia, mês e ano. No diário, explicitamos um relato que dá voz à mulher negra e aponta uma representação que apresenta um tom de denúncia do que ocorria na época, e surpreende pela maneira como era sua vida na favela, de muitas dificuldades, mas que as situações eram contornadas pela posição de uma mãe solo que batalhava todos os dias, catando papel para alimentar seus filhos. A mulher aparece como protagonista nessa obra, não mais aquela que era descrita pelos homens brancos e excluída, muitas vezes, das narrativas.

Esse lugar de representação aponta o cotidiano na favela do Canindé, por meio da representação da mulher negra, pois ela relata suas relações com os vizinhos, que muitas vezes, não eram agradáveis, sua constante luta diária pelos lixões da cidade em busca de papel para vender e matar a fome de seus filhos. Identificamos críticas em relação ao preço dos produtos, à desigualdade social marcada pelo abandono, realizado pelos governantes, daqueles que carecem mais. Isso comparece na obra:

15 de julho de 1995 Aniversário da minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos(sic) alimenticios(sic) nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para calçar (JESUS, 2014, p. 11).

Este trecho explicita uma situação em que o dinheiro que conseguia catando papel mal dava para comprar uns sapatos, pois a prioridade eram os “generos (sic) alimenticios(sic)”, sendo assim foi do lixo que encontrou um par de sapatos e remendou, destacando que o custo de vida era muito alto e impedia a realização dos seus desejos e da população mais carente.

Mello e Fontoura (2018) apontam que os escritos da autora surgem em um período de expansão da metrópole de São Paulo, devido à modernização industrial marcada pela infraestrutura precária nos bairros de periferia, resultantes de uma política do governo de Getúlio Vargas, em que a periferia seria destinada aos pobres. O livro *Quarto de Despejo*³ foi escrito na favela e retrata o lugar social de Carolina Maria de Jesus, migrante de Sacramento – MG, negra, semianalfabeta e mãe solteira que, a partir dos seus dizeres, faz uma crítica aos políticos da época.

Ela foi considerada uma das primeiras escritoras negras do Brasil que se destacou pelos seus relatos em diário, narrando seu cotidiano composto de muita luta e sofrimento dentro da favela. Foi do lixo, catando papel, que a escritora sobreviveu, tendo uma vida simples e desafiadora ao criar seus filhos. Passou fome e não foi reconhecida, devido ao cânone da época só dar lugar aos autores brancos e renomados da alta sociedade. Sua obra era marcada por críticas sociais como:

[...] O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças (JESUS, 2014, p. 29).

Os seus escritos demonstram um desabafo⁴ delineado de denúncias ao modelo político do país, aos detentores do poder, marcada por reivindicações de questões relativas à saúde, à moradia, pois vivia em um barraco, sem nenhuma estrutura sanitária. O *Quarto de Despejo* não foi só uma obra de denúncia ao modelo político da época, nem tampouco foi um relato sobre as condições precárias

3 Livro publicado em 1960.

4 A partir do recorte, podemos constatar que aconteceu o que foi mencionado nos escritos de Jesus (2014), pois um homem do povo, que já passou fome, tornou-se presidente em 2002 e, novamente, em 2023.

em que ela vivia, deu voz e lugar a uma mulher negra que, até então, não tinha o poder de fala, era apenas relatada sob a perspectiva e olhar do outro.

Nessa obra, ao lançarmos um olhar linguístico-discursivo, podemos afirmar que quem fala é Carolina Maria de Jesus a autora, com propriedade, em que o “eu” é posto em evidência, no qual se pode observar o funcionamento das formações discursivas⁵, o que possibilita a nossa compreensão das tomadas de posição-sujeito no discurso literário.

Os aspectos teóricos permitem esse movimento de sentidos, inclusive Petri (2004) aponta algumas representações de subjetivação do sujeito⁶, que denomina como: Representação da Posição Sujeito 1 (RPS1) e Representação da Posição Sujeito 2 (RPS2), estas auxiliam nas análises das obras e na compreensão dos sentidos no discurso literário, tendo em vista que estamos trabalhando com a representação do sujeito Carolina na obra, por esse motivo não temos um compromisso fiel com a realidade por se tratar de um texto ficcional que mescla a realidade social com o imaginário da autora.

A partir dessas categorias, teremos compreensão da representação das posições-sujeito que a autora ocupa na obra *Quarto de Despejo*, os momentos em que ela assume diferentes representações dentro de uma formação discursiva, visto que em AD concebemos o sujeito como múltiplo.

Nessa perspectiva, Petri (2004) nos possibilita um olhar do visto no discurso (objetivação) e do não visto (subjetivação), em que é possível analisar essa dicotomia separando as pistas linguísticas das não-linguísticas no discurso literário, ou seja, aquilo que está posto (texto) e o que não está (exterioridade) e construir sentidos a partir disso. Assim, podemos entrar no lugar da não evidência e tentar desconstruir esses sentidos mobilizados por essas dicotomias. Para isso, a autora utiliza-se de reflexões de Pêcheux, a fim de representar essas formas de subjetivação do sujeito no discurso, a partir das modalidades de identificação. Com isso, Petri explicita que o gaúcho, em sua realidade social, embora não tome uma posição-sujeito, ele se inscreve de algum modo em uma formação discursiva gaúcha, identificando-se com ela, por isso, a autora salienta sobre a necessidade de desconstruir essa imagem, para que possamos compreender as diferentes

5 Traremos essa noção no capítulo 3.

6 Abordaremos as noções de Representação de posição-sujeito no capítulo 6: “A fome também é professora: funcionamento do simbólico”. Trouxemos neste capítulo para fins de análise.

representações de subjetividade e a formação imaginária do gaúcho no discurso literário, tendo em vista as condições de produção que refletem nas narrativas, analisando os sentidos produzidos no mundo social e no ficcional.

Essa mobilização inicial acontece na parte do capítulo nomeado *O funcionamento das representações do sujeito como “tomadas de posição”*, na qual Petri (2004) apresenta de onde advêm suas reflexões, explicitando a necessidade de partir do evidente, indo em direção a não evidência para, assim, mobilizar sentidos na análise. Desse modo, ela analisa as duas subjetivações do sujeito nas obras literárias, designadas pelos pronomes “eu” e “ele” e seus efeitos no discurso. Assim, ela argumenta que, quando o sujeito (gaúcho) utiliza o “eu”, ele se inscreve no discurso, por meio do sentido mobilizado pelo autor, como um herói, muitas vezes, diferente do que é posto historicamente. Ele é representado de um lugar ficcional (pelo autor), em que é possível ter uma designação diferente da história, o que produz essa “dessemelhança”, como a autora cita, afastando-se do discurso histórico, deste modo traz uma reinvenção no imaginário social sobre o gaúcho (que muitas vezes é tido como um sujeito violento, por exemplo).

O discurso literário não tem compromisso com uma realidade, pois está presente em textos ficcionais que provocam uma “ilusão de sentido real no discurso”, mas que estão apenas no âmbito da representação. Concordamos que:

[...] o discurso literário não tem como função representar fielmente uma realidade posta no mundo social, muito embora, às vezes, ele funcione como aquele que assegura a instituição de uma determinada representação desse mundo social em detrimento a outras que também circulam nesse espaço discursivo. Assim, podemos dizer que o discurso literário é resultado de um processo de observação, porque ele capta “rumores” do mundo social e os representa no mundo ficcional (PETRI, 2004, p. 194-195).

Tendo em vista que o discurso literário é a representação, captação do mundo real representado no mundo ficcional, as posições-sujeito que os personagens representam não podem ser nomeadas de forma empírica, observamos, então, a importância das categorias de Representação da Posição-sujeito.

Isto posto, para fins de organização e compreensão ao longo do texto, identificamos três representações de posição-sujeito na obra *Quarto de Despejo*: a Representação da Posição Sujeito 1 (RPS1), moradora da favela, a Representação da Posição Sujeito 2 (RPS2), escritora, e a Representação da Posição Sujeito 3

(RPS3), mulher negra, ambas nortearam os processos analíticos. Essas tomadas de posição nos dão pistas dos saberes mobilizados a partir de diferentes formações discursivas que o sujeito mulher negra/Carolina inscreve-se no discurso. A partir disso, marcamos no texto as diferentes representações por meio do discurso literário. Como ilustração, apresentamos três exemplos, posto que no decorrer do texto exploraremos mais teoricamente essa questão metodológica:

RPS1 – [...] Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isso em prol dos outros. Muitos catam sapatos do lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias (JESUS, 2014, p. 36).

RPS2 - Aqui, todas imprecam(sic) comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens. (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo (JESUS, 2014, p. 22).

RPS3- [...] Sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia:

—Está escrevendo, negra fidida(sic)!

A mãe ouvia e não repreendia. São as mães que instigam (JESUS, 2014, p. 100).

A partir dessas representações, iremos analisar como se constrói esse discurso literário e os processos analíticos que estão imbricados na forma como a memória retoma um dizer para trazer o novo no discurso, sendo que cada escrito na obra retoma uma memória através das representações moradora da favela, escritora e mulher negra, que recuperam um passado composto pela escravidão, considerando os movimentos sociais abolicionistas e as condições que as mulheres negras viviam em determinado período.

Em cada RPS identificamos um sujeito que marca sua posição como moradora da favela, escritora e mulher negra. A necessidade de “se manifestar” (RPS1) de “escrever” (RPS2) e enfrentar xingamentos como “negra fidida (sic)” (RPS3) marcam um sujeito morador da favela paulista no século XX que necessita reivindicar um sistema social, que determina qual é o lugar da mulher negra e

favelada na sociedade, por meio da escrita. Ao longo do trabalho, destacaremos as distintas representações em alguns recortes da obra *Quarto de Despejo* organizados e numerados, ordenadamente, em 32 sequências discursivas (SD), num esforço de dar conta da análise e explicitar os modos de funcionamento desse discurso em pauta.

Outro ponto importante em tudo isso é considerar a história e a memória que intervêm no processo discursivo, na constituição do sujeito há uma história. O *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, é um relato em forma de diário que retrata a vida de uma mulher negra que cata papel na favela do Canindé em São Paulo, para sobreviver e sustentar sua família, logo como estamos trabalhando com texto ficcional, no âmbito da representação de um sujeito, precisamos estar atentos às questões relativas à textualidade e à exterioridade no discurso literário, considerando a história e a memória indispensáveis no processo analítico. Quais os sentidos que esse discurso nos traz? O que foi silenciado? São algumas perguntas que possibilitaram esta pesquisa.

Diante disso, analisaremos o silêncio e suas formas de funcionamento no discurso, tendo em vista que ele é “fundante”, “significa” e é o “real do discurso”, princípio de toda significação, que fala por si só (ORLANDI, 2007). O fato de estar em silêncio já é significar.

O estudo subdivide-se em “A trajetória da ‘poetiza preta’: Uma peregrinação da favela para o mundo”, primeiro momento sobre “O Quarto de Despejo: da metáfora ao discurso literário”, o qual trará a materialidade discursiva e as relações entre os discursos. No segundo momento, no capítulo: “A voz que ressoa da favela: um discurso de resistência”, traremos aspectos teóricos relativos ao sujeito, ideologia, formações discursivas, imaginárias, entre outras noções que são caras à AD. No terceiro momento, traremos o capítulo “Entre dizer e calar: a mulher negra significa”, abordando as principais formas do silêncio e suas significações.

Após, no quarto momento, abordaremos o “A fome também é professora: funcionamento do simbólico”, capítulo que apresenta as posições-sujeito e o simbólico, assim apresentamos, de modo breve, a obra literária sob uma perspectiva discursiva. Por fim, traremos os resultados no capítulo “A favela existe e resiste: o diário e seus efeitos discursivos”.

Por meio dos resultados encontrados, entendemos que a favela existe e resiste, as diferentes representações da posição-sujeito apontaram que a partir de uma formação discursiva que se apresenta como prioritária para o sujeito, podemos ter os saberes de outras formações se atravessando e produzindo sentidos, tais como: moradora da favela, escritora e mulher negra. Os sentidos recuperam uma memória de um sujeito multifacetado, que apresenta diferentes tomadas de posição dentro do discurso literário, mas que por vezes é silenciada, muitas vezes, como uma forma de censura.

Na RPS1 há uma identificação de alguém que luta por condições dignas na favela e deixa destacado seu lugar social, já na segunda RPS2, a escritora se identifica, mas dialoga com a memória, retomando um desejo de ser escritora, mas não consegue espaço nas grandes editoras. Na RPS3, surge a mulher negra que atrela sua cor, muitas vezes, a algo negativo, recuperando a memória do período de escravidão, em que as mulheres sofriam por serem negras. Essas representações se convergem entre si porque a mulher negra e pobre, na sociedade do século XX, é destinada a morar na favela, nas encostas da cidade de São Paulo, pois não tem lugar na máquina capitalista. A favela também está atrelada ao negro, descendente de migrantes e escravos. Tal relação fica explícita quando, na obra, os moradores são designados como “favelados”, condições em que eles se encontram naquele momento histórico.

Os sentidos vistos ao longo das sequências discursivas possibilitaram um olhar partindo da exterioridade, em que os processos históricos foram considerados a partir da memória discursiva. O discurso literário possibilitou a análise por meio das representações no discurso, assim partimos da materialidade linguística separando o empírico e indo em direção ao discursivo. Não só sobre esse viés, mas:

Destacamos a significação do discurso de Carolina em uma leitura feminista, significando não apenas o sujeito mulher em condição de pobreza, desemprego e vivência em favela, mas de um sujeito que significa ser mulher, negra, mãe solteira, neta de escravos, catadora de papel e, por sua resistência, significar a luta desse sujeito em um mundo que está pronto para silenciá-la, invisibilizá-la e explorá-la, simplesmente pelo fato de ser mulher (GREFF; CABRERA, 2018, p. 71).

As diferentes representações que o sujeito Carolina assume no discurso mostram o que é ser mulher e, sobretudo, ser mulher negra em uma sociedade do século XX, que destinava aos pobres, negros e ex-migrantes as encostas de São

Paulo. Os discursos produzidos na favela são, tantas vezes, silenciados, mas não apagados, pois retornam e ressoam cada vez mais forte, porque a mulher negra significa, tem história e memória, e resiste em meio ao caos.

E é tudo isso que nos empenhamos em demonstrar no desenvolvimento desta pesquisa ao descrever, interpretar e analisar, mesclando teoria e análise, num movimento de ir e vir, seguindo o que propôs Petri (2004).

2 A TRAJETÓRIA DA “POETIZA PRETA”⁷: UMA PEREGRINAÇÃO DA FAVELA PARA O MUNDO

FIGURA 1 – Escritora Carolina Maria de Jesus



Fonte: <https://www.blogletras.com/2017/11/carolina-maria-de-jesus-escritora-que.html>

*Não digam que eu fui rebotinho,
Que vivia à margem da vida
Digam que eu procurava por trabalho
Mas sempre fui preterida.*

*Digam ao meu povo brasileiro
Que o meu sonho era ser escritora,
Mas eu não tinha dinheiro
Pra pagar uma editora.*

*Carolina Maria de Jesus
Folha da Noite, 09/05/58*

A sensibilidade e uma tristeza no olhar de quem luta incansavelmente por condições dignas na favela, um desejo de ter sua voz ouvida pelos políticos da época e pelo cânone literário, Carolina Maria de Jesus é símbolo de resistência, de esperança e de reinvenção, pois em meio as dificuldades, teve a ousadia em romper os paradigmas estipulados pela sociedade. Mulher, negra, mãe solo, catadora de papel, várias designações que apontam para uma mulher batalhadora, que fez da

⁷ Termo retirado da grande reportagem de Carolina para um jornal de São Paulo, que tem por título: *Carolina Maria, poetiza preta* (FARIAS, 2018).

favela do Canindé um lugar de possibilidades, embora tivesse uma vida difícil, catando papel no lixo para sobreviver, não deixou de sonhar ... “Sonhei que eu residia numa casa residível (sic), tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada” (JESUS, 2014, p. 39).

Carolina, apelidada pela família como Bibita, nasceu em 1914 na cidade de Sacramento – MG, interior do chamado Triângulo Mineiro, cidadezinha em que mesmo após a abolição ainda tinha práticas escravocratas, em que os fazendeiros exploravam os trabalhadores que lutavam por um prato de comida e por moradia, estes que viviam em condições insalubres e trabalhavam de sol a sol. “Carolina nasceu apenas 26 anos após a abolição da escravatura. Era neta de sujeitos escravizados e analfabetos e filha de uma lavadeira igualmente analfabeta” (WITZEL; TEIXEIRA, 2018, p. 117). A exploração ainda era presente em Sacramento, pois muitos negros ficavam à merce da própria sorte.

Práticas antigas de exploração da população negra se mantiveram com outra roupagem, mostrando o desnível social, o cunho do poder econômico sobre o humanitário. Os negros viviam acuados, aceitando qualquer migalha, com receio da reação dos brancos (FARIAS, 2018, p. 18).

No contexto pós-abolição, os negros ainda eram submetidos a trabalhos árduos para sobreviver, pois ficavam, muitas vezes, deslocados com o fim da escravidão, devido a muitos fazendeiros preferirem a mão de obra branca, europeia para a execução dos serviços, uma prática que reforçava a segregação racial, excluindo o negro das relações sociais. Inclusive as mulheres continuavam nas tarefas domésticas, como organizadoras do lar e cuidadoras dos filhos das senhoras, e quando não conseguiam tais tarefas, trabalhavam na lavoura. “Carolina Maria de Jesus era apaixonada pelo tema da Abolição, e por abolicionistas como o poeta Castro Alves, José do Patrocínio, Rui Barbosa...” (FARIAS, 2018, p. 26), algo que a constituía, fazia parte das suas raízes, tendo em vista que ela e sua família faziam parte do contexto da escravidão, pois seus avós eram afrodescendentes em uma cidade que ainda mantinha esse sistema.

Não é mera coincidência que em seu diário, *Quarto de Despejo*, haja um relato com a lembrança do dia da abolição: “Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático (sic) para mim. É o dia da abolição” (JESUS, 2014, p. 30). Com tom de denúncia e reivindicações por condições dignas de saúde, seus escritos eram retrato

de um passado cruel que deixava marcas, aliado a uma realidade que se perpetuava na vida de muitos “ex-escravos”. Em Sacramento, Bibita frequentou a escola até o segundo ano do primário, quando devido às condições financeiras escassas, ela precisou encerrar os estudos, trabalhou em uma fazenda juntamente com sua mãe, logo as duas foram expulsas sem seus direitos.

Carolina viaja para São Paulo com seus filhos, cheia de sonhos, como, trabalhar em uma casa de família, mas a discriminação e a desigualdade social ainda eram presentes na sociedade do século XX, mesmo no contexto pós-abolição. Foi na favela, catando lixo e morando em um barraco, que ela resiste e luta contra a fome, sobrevive em meio ao caos. Assim,

Alvo dessa desigualdade, Carolina se viu obrigada a recolher, do lixo, tudo o que poderia se transformar em recursos de sobrevivência para sua família. Em meio a roupas, alimentos, calçados e materiais recicláveis, sobretudo papéis, ela recolhia cadernos com folhas em branco nos quais escrevia seus textos, em especial os diários que quebraram as barreiras de sua invisibilidade e a tiraram do quarto de despejo (WITZEL; TEIXEIRA, 2018, p. 21).

A “invisibilidade” da mulher, sobretudo, da mulher negra foi decorrente das escolhas dos homens que determinaram o que caberia ou não no cânone literário e no cenário da sociedade do século XX, sendo que a mulher negra não era aceita tanto no meio literário quanto na metrópole. Muitos tinham a ideia da mulher do lar, sexualizada, sem necessidade ou capacidade de estar ligada ao intelectual, logo, Carolina “se apresenta como um novo sujeito discursivo sedento em construir uma forma de representação exclusiva da periferia” (MELLO; FONTOURA, 2018, p. 17). Surge, então, com um olhar de dentro, de uma realidade social amarga experienciada e silenciada por muitos.

As dificuldades que Carolina enfrentou para sobreviver na metrópole, sem nenhuma condição digna de moradia, saúde e educação são reflexos de uma sociedade pós-abolição que recupera uma memória e reproduz a ideologia de um sistema escravocrata, de uma cultura do branqueamento por meio de uma formação histórico-cultural do Brasil, cuja ideologia segue os moldes europeus e a relação de subordinação do preto ao branco. Nascimento (2022) discorre que a ideologia do branqueamento e o mito da democratização racial são impostos pela elite e pelos

poderes governamentais, para que os conflitos que existem no âmbito das relações sociais no Brasil sejam minimizados.

Gonzalez (1988, p. 70), em seus estudos, parte da construção estrutural do continente americano para evidenciar a presença negra no processo cultural brasileiro, trazendo a marca de africanização em relação às músicas, às danças e às crenças advindas da cultura africana e que acabam sendo silenciadas por meio da cultura do branqueamento, em que são designadas por classificações como “cultura popular”, “folclore nacional”, descartando a contribuição negra e suas heranças. Os modos de dizer mudaram, porém entendemos que uma nova designação não apaga uma memória que insiste em ressoar, enquanto temos sujeitos, os sentidos se movem no discurso.

O apagamento não ocorreu, pois em meio a tantos desafios, os negros encontravam formas de se reunir como maneira de preservar suas práticas culturais e religiosas, em contrapartida, as tentativas de silenciamento se mantêm por entre os escritos de *Quarto de Despejo*. Dessa forma, mesmo após a abolição, em 1888, a cultura africana ainda foi preservada com mais liberdade através de organizações de libertos que promoviam várias manifestações culturais como: associações negras, com o objetivo de manter a identidade do negro, assim, criavam hinos, símbolos e cartão de identificação, inclusive tinha atividades de política, cultura e lazer, visando o progresso do negro tanto moral quanto intelectual e cultural (DOMINGUES, 2018).

A autora aponta o Movimento Negro Unificado (MNU) como um dos principais, destacando que ele se caracterizou pela denúncia ao racismo, reivindicando a falsa liberdade posta pela abolição. Logo, surgiu algumas conquistas como o Dia Nacional da Consciência Negra e a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Entretanto, antes desses movimentos, salientamos o caminho árduo em que os negros passaram em cativeiros, antes da abolição, sendo que o colonizador se colocava em uma posição superior ao negro que vivia em um sistema de subordinação, uma dominação desenfreada imposta pelo sistema colonial.

Quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização de “superioridade” do colonizador pelos colonizados. E ele apresenta, pelo menos duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo exploração/opressão (GONZALEZ, 1988, p. 72).

Os europeus desejavam uma raça “pura”, branca que não apresentasse miscigenação, e o racismo surge a partir da segregação racial e do ideal de superioridade do branco contrapondo a inferioridade do negro. Em contraponto, a miscigenação entre brancos e negros no Brasil, segundo Nascimento (2022, p. 65) “[...] é um dado da experiência entre povos diferentes, representando não só os contatos físicos entre homens e mulheres de raças particulares mas também o convívio”. No Brasil a questão racial é diferente, não teve o *apartheid* sul-africano, nem a situação racial que ocorreu na segunda metade do século XX, presente nos Estados Unidos com leis e ofícios que marcavam explicitamente o racismo, o que não apaga que a questão do racismo é estrutural na sociedade brasileira (RIBEIRO, 2019).

Na sociedade brasileira os grupos de escravos buscavam ideais de liberdade na luta e na agitação contra a escravidão, tanto que surgiam notícias sobre fugas e os senhores começavam a temer uma revolta no sistema, logo discursavam sobre uma possível “libertação” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 328). A superioridade que os senhores tinham em relação aos escravos estava sendo ameaçada nesses conflitos, porque muitos temiam que os negros se rebelassem contra o sistema, por isso prometiam libertá-los. Passado o movimento, eles assumiam novamente sua posição de superioridade e ideal de colonialismo.

Através da RPS3 mulher negra e da SD1, sequência discursiva do primeiro recorte da obra, destacamos uma crítica na questão do branco se achar melhor que o negro, explicitando que todos somos iguais e não há diferença, é uma situação natural inerente ao ser humano, como podemos identificar em suas palavras:

SD1 - O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também(sic). A natureza não seleciona ninguém(sic) (JESUS, 2014, p. 65).

Explicitamos na (SD1) um questionamento dessa “tal” superioridade do branco, pois ainda existe um ideal de superioridade movido pela ideologia de que o branco é considerado superior, o discurso é reproduzido e com isso traz

repetições/dizeres que movem os sentidos. Há uma contraposição, apontando que as mesmas necessidades que o negro tem o branco também possui, apelando para o argumento do naturalismo, justificando que a natureza não escolhe. É interessante observar que na forma de diário, Carolina de Jesus vai propondo reflexões sustentadas por argumentos fortes por meio dos seus escritos, assim, vamos identificando suas tomadas de posição.

Quando falamos do escravo, do preto e do negro, precisamos salientar o papel que as mulheres negras desempenhavam nessa sociedade, o que as diferenciavam dos homens, as condições eram outras, homens e mulheres estavam e assumiam lugares distintos na escravidão. O trabalho doméstico era direcionado à mulher, muitas eram as cuidadoras das tarefas administrativas do lar, amas-de-leite, entre outras funções, os homens ficavam no campo. A maternidade no período colonial foi marcada por trabalhos árduos, separações, opressão, violência e muitos filhos de mulheres escravizadas eram fruto de estupros, visto que os senhores viam a mulher negra como uma reprodutora, destacando sua sexualidade. “Confrontadas com situações de opressão particularmente cruéis, as mulheres escravizadas resistiram. Foi sua resistência que permitiu a sobrevivência de seus filhos/as companheiros, e delas próprias” (MACHADO, 2018, p. 340).

O fato das mulheres resistirem propiciou a continuidade da descendência que seguiu com o legado de força e resistência em meio às situações diárias de preconceito e racismo. Por esse motivo, surgiram mulheres descendentes de famílias de escravos que denunciavam as mazelas, assim como Carolina Maria de Jesus que não desistiu de escrever seu diário e relatar suas misérias. Ademais, tinha um compromisso com a maternidade, mesmo sendo mãe solo, lutou incansavelmente para ao menos alimentar seus filhos.

Com isso, destacamos a constante luta de Carolina pelo reconhecimento de sua obra, em vários momentos em seus escritos relatava que iria ser conhecida, embora as editoras da época tivessem preferência por autores renomados da elite, a voz da favela não deveria ser ouvida. Por meio do discurso literário, surge um novo sujeito discursivo, porta-voz da favela que a representa:

E Carolina oferecia o quê? No cenário cultural contemporâneo, a autora se apresenta como um sujeito discursivo sedento em construir uma forma de representação exclusiva da periferia. Não era ficção requintada dos livros

eruditos e, sim, uma espécie de híper-realismo da favela como cenário e a miséria como protagonista. (MELLO; FONTOURA, 2018, p. 37).

A RPS2 escritora é movida ideologicamente pelos processos sócio-históricos, como os movimentos negros, resistência das mulheres aos abusos e a luta incansável desses grupos pela preservação de uma memória, assim reproduz discursos no seu modo de dizer em meio a desigualdades sociais, longe da elite e dos ditos letrados da época. O diário é conhecido pelas denúncias sociais, políticas, econômicas e culturais da época, ilustramos essa questão com alguns recortes:

SD2 - ...Há de existir alguém (sic) que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as miserias (sic) são reais. ...O que eu revolto é contra a ganancia (sic) dos homens que espremem uns aos outros como se espremesse uma laranja (JESUS, 2014, p. 46).

SD3 - Ganhou 22 cruzeiros. Comprei 5 de pão e 5 de açúcar e comprimido. Levantei só para preparar as refeições. Passei o dia deitada. O José Carlos ouviu a Florenciana dizer que eu pareço louca. Que escrevo e não ganho nada (JESUS, 2014, p. 92-93).

SD4 - ...Eu disse para a Mulata e a Circe que a reportagem vai sair amanhã.

—Eu vou gastar 15 cruzeiros para comprar o Cruzeiro e se eu não encontrar a reportagem, você me paga!

Eu disse para a Dona Celestina que a mulher do Coca-Cola disse que tudo que eu escrevo ela escreve também (sic). A Dona Celestina disse que não sabe se ela escreve. Que eu, ela sabe que escrevo (JESUS, 2014, p. 170).

Nas sequências discursivas 2, 3 e 4 interpretamos uma RPS2 escritora. Na (SD1), identificamos uma “revolta com a ganancia (sic) dos homens” que “espremem uns aos outros” e não se importam com as misérias em que vivem os moradores da favela. Na (SD3) e (SD4), explicitamos a implicância e a inveja dos vizinhos quando ela assume uma RPS2, marcada em alguns fragmentos: “O José Carlos ouviu a Florenciana dizer que eu pareço louca”. “Que escrevo e não ganho nada”, alguns vizinhos dizem que “tudo que eu escrevo ela escreve também (sic)”, referindo-se a Coca-Cola uma das vizinhas da favela que diz ser escritora igual a RPS2.

O fato de uma voz negra sair da favela para o mundo, através de uma reportagem que irá sair no jornal, incomoda muito os vizinhos de Carolina, que de

certa forma não aceitam sua visibilidade, retomando uma memória que diz sobre o lugar social da mulher negra. Mesmo com a não aceitação por parte de alguns grupos, a autora tem seu livro publicado no mundo e é designada como “Catadora de Papel” que nasceu no “Mundo do Lixo”, o que não apaga uma memória e diz muito sobre a RPS2 no discurso na figura 2:

FIGURA 2 – Uma das primeiras reportagens anunciando o livro de Carolina saiu no jornal *Última Hora*, em 1960. Nota-se que as referências a “lixo” e “catadora” vão ser marcantes na trajetória da escritora mineira



Fonte: Farias (2018, p. 354).

FIGURA 3 – Boicotada pelos escritores consagrados, que não prestigiaram o lançamento do seu livro, Carolina teve a alegria de ter a presença de Pelé, grande destaque da época, na foto com o jovem Benedito Ruy Barbosa, ao lado de Audalio Dantas (de perfil)



Fonte: Farias (2018, p. 358).

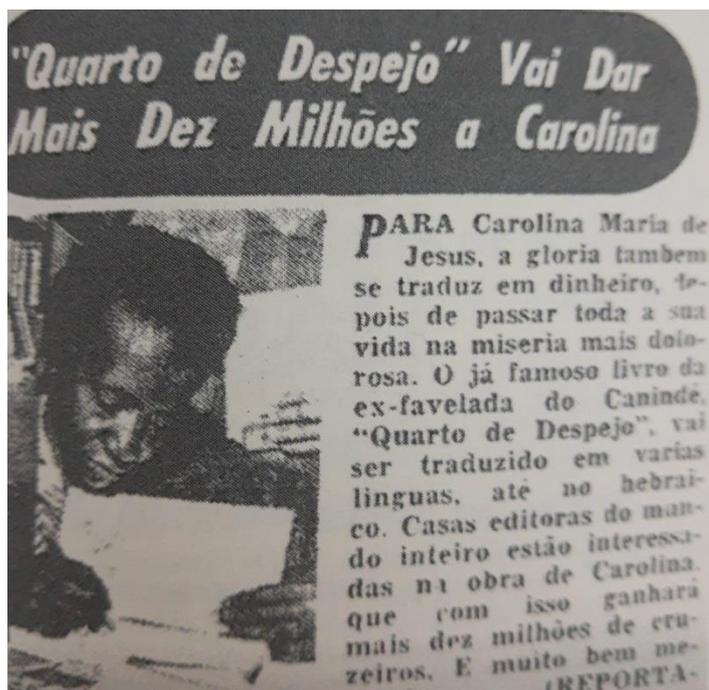
O fato de muitos escritores não comparecerem ao lançamento do seu livro, e as próprias designações atribuídas à Carolina retomam a ideia de um racismo estrutural que acompanha a formação da sociedade brasileira, as pessoas negras desde cedo são levadas a refletirem sobre sua condição racial, enfrentam momentos de desafios no âmbito social (RIBEIRO, 2019). Trata-se da branquitude, em que os brancos não precisam pensar no seu lugar social, pois eles não são estereotipados. Desse modo,

O mundo apresentado na escola era o dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido. Eu reparava que minhas colegas brancas não precisavam pensar o lugar social da branquitude, pois eram vistas como normais: a errada era eu (RIBEIRO, 2019, p. 24).

A dificuldade enfrentada por Ribeiro (2019), Carolina e tantas outras mulheres negras reporta a uma luta que vem desde o período colonial e pós-abolição, de mulheres que romperam os paradigmas e nos fazem refletir sobre o lugar social que a branquitude e a negritude assumem, discursos que diferem um do outro, em que o dito “normal” não precisa se explicar/ e o dito “errado” necessita pensar no seu lugar social e lutar contra a ideologia opressora. Carneiro (2011, p. 71) aponta que “a branquitude é, portanto, diversa e policromática. A negritude, no entanto, padece de toda a sorte de indagações”.

Indagações que Carolina sofreu mesmo após a publicação do seu diário, notícias falsas surgiam, assim ela sofria muitas perseguições mesmo após o seu sucesso como escritora porta-voz da favela mundialmente. Vejamos a figura 4:

FIGURA 4 – Esta notícia faz parte das mistificações sobre a fortuna ganha por Carolina com o seu livro, por causa disso a escritora sofreu perseguições, teve sua privacidade invadida e sua casa de alvenaria virou templo de romaria e pedintes

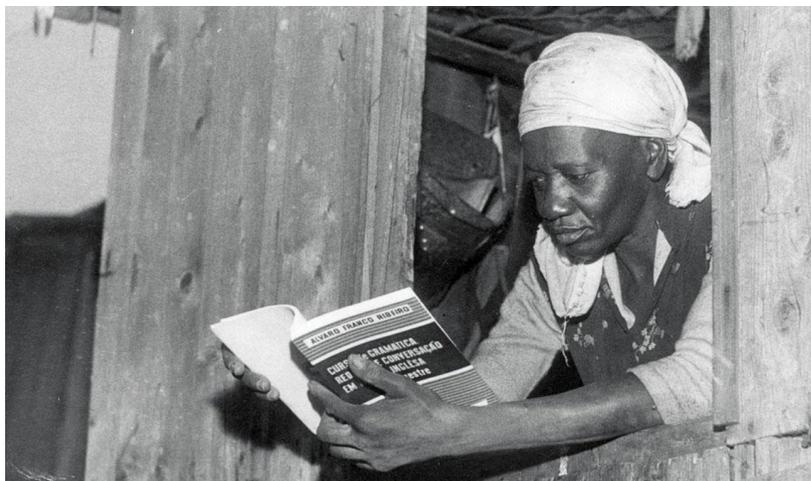


Fonte: Farias (2018, p. 363).

Sobre os dizeres e sentidos que permeiam a RPS2 escritora, a memória faz questão de ressoar e instaura um discurso novo de um sujeito que fala de outro lugar social, agora da favela, não com o apagamento de uma mulher no período da escravidão em que, muitas vezes, não tinha voz. Para entender o discurso literário de Carolina, é necessário ter um olhar de fora, exterior à obra literária, só compreendemos essa materialidade discursiva por meio da exterioridade e historicidade, entendendo o discurso como produtor de sentidos e passível de análise por meio dos momentos históricos do período de escravidão e dos movimentos sociais, não só identificamos o dito, mas também o não dito no discurso.

3 O QUARTO DE DESPEJO E SUAS DESIGNAÇÕES

FIGURA 5 – Carolina lendo na janela do seu barraco



Fonte: <https://radioifcweb.com/analises/quem-foi-carolina-maria-de-jesus-e-sua-obra-quarto-de-despejo/> eb.com

A análise de discurso surge como uma disciplina de entremeio que possibilita vários questionamentos acerca de nós mesmos, do modo como nos inserimos como sujeitos e somos representados na sociedade. Orlandi (1996, p. 23) afirma que “uma disciplina de entremeio é uma disciplina não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente”. Assim, a autora explicita que a AD se estabelece a partir das relações com outras disciplinas, no “espaço indistinto”, na “contradição”, então ela advém dos questionamentos contraditórios das disciplinas pressupostas, sendo assim ela não é fechada e não tem uma teoria específica pronta, acabada, pois se movimenta em várias áreas do conhecimento.

Nessa direção, Orlandi (1996) salienta que não foi com qualquer disciplina que a AD estabeleceu essa contradição; inicialmente, as precursoras foram, no interior das ciências da linguagem, as tendências formalista, sociologista e a da fala. Desse modo, ela não vem para ser uma outra tendência, mas para se estabelecer uma relação contraditória entre as três, analisando aspectos que não são considerados, entretanto, que poderiam dar significado ao discurso.

Orlandi (1996) aponta que sua particularidade é ser contraditória e está longe de qualquer interdisciplinaridade (relação entre as disciplinas), pois justamente ela se instaura no âmbito da contradição, característica de uma disciplina de entremeio. A AD questiona disciplinas como a Linguística e as Ciências Sociais, em que a

primeira deveria ter uma linguagem relacionada à exterioridade, não meramente descritiva, e a segunda, para um tratamento do social que direciona o olhar à ligação da materialidade discursiva com a exterioridade e o interdiscurso (memória), considerando sujeitos afetados pela língua e pela história, uma relação constitutiva para a produção dos sentidos.

A autora afirma que quando nomeamos a AD de interdisciplinar, estamos negando sua especificidade e seu poder próprio de significação, colocando ela entre dois objetos (relação de uma disciplina com a outra), sem considerar que possa existir um “outro” que não necessariamente seja confluyente nessa relação entre duas disciplinas.

Partindo do viés histórico, a AD surgiu no século XX, mais precisamente no início dos anos de 1960, sendo preconizada por Michel Pêcheux na França. Essa teoria advém da interlocução do filósofo com “a Teoria das ideologias, com a História, com o Materialismo histórico, com a Linguística, com a Psicanálise; áreas das Ciências Sociais representadas por diferentes práticas discursivas, por diferentes atores sociais” (PETRI, 2006, p. 187). Assim, o discurso é efeito de sentido entre interlocutores (ORLANDI, 2015) construído por meio da historicidade e da exterioridade, que advém de relações com diversas áreas do conhecimento, assim como as ciências sociais.

Esse entrelaçamento ocorre devido aos sujeitos que falam em determinada sociedade e, assim, (re)significam-se por meio do discurso, a transformação/reprodução, a partir da prática discursiva, é trabalho do simbólico enquanto produtor de sentidos. “A AD se interessa pela linguagem tomada como prática: mediação, trabalho simbólico, e não instrumento de comunicação. É ação que transforma, que constitui identidades. Ao falar, ao significar, eu me significo” (ORLANDI, 1996, p. 28).

É por meio do simbólico que surge a metáfora, pois ao falar mobilizamos novos modos de significar a partir das materialidades discursivas. O sentido de metáfora é aquele que Orlandi (2011, p. 24) define enquanto o próprio equívoco, sendo “o efeito da falha da língua inscrevendo-se na história”, a mobilização de um deslizamento de sentido construído a partir da possibilidade de dizer no jogo na/da/sobre a língua que define a discursividade. Por vários momentos na obra *Quarto de despejo* a favela é designada, metaforicamente, através da RPS1 moradora da favela. Apresentamos três SDs com essa ocorrência:

SD5 - [...] Havia pessoas que nos visitava e dizia (sic):

— Credo, para viver num lugar assim só os porcos. Isto aqui é o chiqueiro de São Paulo (JESUS, 2014, p. 35).

SD6 - Chegaram novas pessoas para a favela. Estão esfarrapadas, andar curvado e os olhos fitos no solo como se pensasse na sua desdita por residir num lugar sem atração. Um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho. O unico (sic) perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga (JESUS, 2014, p. 47).

SD7 – [...] Esquentei o arroz e os peixes e dei para os filhos. Depois fui catar lenha. Parece que eu vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato a felicidade (JESUS, 2014, p. 81).

Chiqueiro, quarto de despejo, lama podre e a palavra “catar”, que retoma um animal, entre outras designações que denominam a favela são jogos na língua que recuperam uma história através dos sentidos construídos por meio desses espaços do dizer, sendo que os moradores da favela estão atrelados aos modos como os porcos vivem, em meio à sujeira que eles mesmos produzem. Neste caso, não são apenas os moradores da favela que produzem dejetos, mas sim toda a São Paulo.

Entendemos, por meio das SDs acima, que as pessoas que chegam à favela são “esfarrapadas” que tem “seu andar curvado” como se o ambiente afetassem os seus modos de vida. Ademais, as sequências discursivas apresentam uma RPS1 em que o sujeito favelado é considerado um animal, pois está sempre na “lama podre” que “exala na favela”. Inclusive, em alguns recortes, analisamos que a favela está ligada ao que é velho, ultrapassado, pois os velhos, aquilo que “sobra” é jogado no “quarto de despejo” junto com os favelados:

SD8 - Fui buscar uma lata de agua (sic) e uma senhora estava lamentando:

— Se eu fosse jovem eu não residia nesta favela nem um dia. Mas eu já sou velha. E

velho não se governa (JESUS, 2014, p. 91).

SD9 - Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de morrer, porque em 1953 eu vendia ferro lá no Zinho. Havia um pretinho bonitinho. Ele ia vender ferro lá no Zinho. Ele era jovem e dizia que quem deve catar papel são os velhos (JESUS, 2014, p. 39-40).

SD10 - É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos (JESUS, 2014, p. 195).

Observamos nas sequências discursivas 8, 9, 10 a ideia de que o velho é aquilo que sobra e é destinado à favela, são aqueles que não “servem” para o capitalismo e passam a velhice lá, os que catam papel “são os velhos”, não os jovens. Assim, os idosos que moram na favela são considerados “trastes velhos”. Uma contradição do novo com o velho que permeia os discursos da RPS1 e as relações sociais presentes no século XX.

Ademais, a RPS1 enfrenta desafios ao se relacionar com os vizinhos da favela, inclusive com os que moram nas casas de alvenaria:

SD11 – Tem noite que eles improvisam uma batucada e não deixa ninguém (sic) dormir. Os vizinhos (sic) de alvenaria já tentaram com abaixo assinado retirar os favelados. Mas não conseguiram. Os vizinhos (sic) das casas de tijolos diz:

— Os políticos (sic) protegem os favelados (JESUS, 2014, p. 32).

SD12 - [...] Os vizinhos (sic) de alvenaria olha os favelados com repugnância (sic). Percebo seus olhares de odio (sic) porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza (sic). Esquecem eles que na morte todos ficam pobres (JESUS, 2014, p. 55).

SD13 - As pessoas de alvenaria que residem perto da favela diz que não sabe como é que as pessoas de cultura dá atenção ao povo da favela (JESUS, 2014, p. 81).

As sequências discursivas apontam para a diferença entre os “vizinhos de alvenaria” e os “favelados”, os que moram nas “casas de tijolos” tem dinheiro, já os que moram na favela são os pobres, então a diferença entre vizinhos de alvenaria x favelados é notável nos recortes, porém “na morte todos ficam pobres”. De um lado temos o “perfume” de outro a “lama podre”, o “velho” e o novo, as casas e os vizinhos de alvenaria e a favela e seus moradores.

A partir dessa leitura da obra, entendemos que a AD é essa disciplina de entremeio se interessa pelo discurso na prática, em que estabelece uma relação de movimento, sendo que os sujeitos e os sentidos são mobilizados por meio do discurso e funcionam pelo efeito ideológico, histórico da linguagem, então eles se deslocam por meio da história para a produção de sentidos, não estão fixos no discurso. Ao entender os recortes discursivos em que a luta de classes é presente, sendo que o favelado é designado como animal e “jogado” na favela, identificamos um discurso que retorna do período colonial, que recupera uma memória social a partir da qual o colonizador teve “o poder” sobre o negro e destinava a ele um lugar chamado senzala. Neste local, semelhante a um “chiqueiro” os escravos viviam sem nenhuma condição digna.

É através da materialidade linguística que conseguimos analisar o discurso e seu aspecto ligado ao exterior, assim como aponta Orlandi (1996, p. 29), “não partimos, como na análise de conteúdo, da exterioridade para o texto, ao contrário, procuramos conhecer esta exterioridade pela maneira como os sentidos trabalham no texto, em sua discursividade”. Então, quando vamos analisar um texto, não podemos nos deter somente à análise do conteúdo, mas também considerar a historicidade, a ideologia e os elementos exteriores ao discurso, a partir do objeto e seus sentidos no interior do discurso.

Conforme Orlandi (2015), é a partir da AD que podemos significar a linguagem e as diferentes relações entre a língua, a ideologia e o sujeito, nesse sentido, o discurso passa a compor essa rede de significações possíveis que existem entre essas instâncias. Por isso, compreendemos que, quando trabalhamos com sentidos, não existe um método pronto e único a ser seguido, pois partimos de gestos de interpretação movimentados a partir de análises de um determinado objeto.

A fim de dar um norte para o analista sobre como começar suas investigações no âmbito da AD, Orlandi (2015) aponta e distingue dois caminhos para executarmos uma análise: o do dispositivo teórico (inteligibilidade), em que basta saber português para entender um enunciado como “Ela sorriu”, e o do dispositivo analítico (interpretação), em que precisamos compreender os processos de significação (Quem sorriu? Para quem?) presentes no enunciado e, para isso, é necessário mobilizar sentidos. Orlandi (2015) aponta que mesmo tendo esse norte na AD, uma análise não é semelhante a outra, pois cada analista tem seu método teórico e mobiliza questões diferentes resultantes da sua pesquisa, vale considerar que o dispositivo teórico da interpretação é a Análise de discurso, mas a formulação da questão teórica é desencadeada pelo analista. Já o dispositivo analítico é mais específico, construído pelo pesquisador a cada análise em questão.

Logo, entendemos a relação com o simbólico, sem apagar nenhuma distinção, no jogo entre o dispositivo teórico x dispositivo analítico. Dessa forma, entendemos que o analista de discurso tem a possibilidade de trabalhar, mobilizando esses dois dispositivos, com várias materialidades discursivas em diferentes áreas do conhecimento. Nessa perspectiva, abordaremos, a seguir, o funcionamento do discurso literário e sua especificidade, justamente por se relacionar com outras áreas do conhecimento, tais como História, Linguística, Antropologia, Filosofia, entre outras.

Conforme Petri (2004), na produção do discurso literário há um movimento do social no interior do ficcional como algo fundante, no qual podemos notar uma multiplicidade de sentidos. “Assim o discurso literário traz a voz de alguém que escuta outras vozes, fazendo-as ressoar no seu discurso” (PETRI, 2004, p. 29). Explicitamos que a análise do discurso literário vai muito além dos elementos estéticos, do evidente, pois envolve a produção de sentidos que advêm da exterioridade e da historicidade. Como argumenta Fernandes (2007, p. 229):

[...] a literatura dialoga com uma exterioridade perpassada pela história, que constitui memória discursiva em diferentes produções e implica efeitos de sentido decorrentes da inscrição dos sujeitos e dos discursos em diferentes lugares sócio-histórico-ideológicos.

Com isso, compreendemos a necessidade de refletir sobre o discurso e suas condições sociais e históricas, pois elas fazem parte da construção dos sentidos em

um discurso literário, não podemos pensar em literatura sem considerar os aspectos históricos. Ademais, trabalhamos no âmbito da representação, pois estamos diante de textos ficcionais, como aponta Petri (2004), o discurso literário traz uma pluralidade de representações e efeitos de sentidos, não há um compromisso fiel com a realidade histórica e social, aborda a memória coletiva de um povo e permeia entre o passado e o presente e seus deslocamentos.

Partindo de uma perspectiva discursiva podemos pensar no discurso literário através de Lucas (2001, p. 175), “como prática simbólica, no conjunto de práticas sociais determinadas historicamente” em que trata o discurso literário como “produto do interdiscurso”, lugar da “memória”. Neste lugar é possível um movimento temporal, em que os sujeitos são mobilizados no discurso de acordo com os sentidos atribuídos ao longo do tempo que possibilitam novas significações.

Dessa maneira, é preciso analisar o texto como materialidade discursiva, compreendendo o funcionamento discursivo através de sua estrutura, no sentido não textual, em que os gestos de interpretação são realizados considerando um sujeito interpelado pela ideologia marcada dentro de cada formação discursiva, além das condições de produção presentes no modo como a mulher negra é representada no discurso literário. Quando trabalhamos como analistas de discurso, em especial, com o discurso literário, precisamos levar em conta que a linguagem não é transparente nem fixa, pois os sentidos mudam constantemente de acordo com as posições do sujeito no discurso. Logo,

A literatura, na perspectiva discursiva, diferentemente das teorias positivistas, é um acontecimento de linguagem, ou seja, as produções literárias são vistas como discursos que permitem gestos de interpretação, portanto, a busca é pela compreensão de elementos que o levaram a ser interpretado de um certo modo e não de outro; nesse sentido, é preciso considerar a literatura como uma escritura que é produzida a partir de determinadas condições de produção, deste modo, possui uma materialidade histórico-ideológica (LEANDRO, 2019, p. 55-56).

É preciso um olhar atento sobre o discursivo no texto através da interpretação, a partir dela é possível compreender os vários espaços de significação no dizível e entender a “historicidade do texto” e sua “incompletude”, sendo que na perspectiva discursiva não se trata de uma “unidade fechada” com “início, meio e fim” como no ponto de vista empírico (ORLANDI, 2017, p. 54). Considerando a historicidade de um texto, é preciso entender que não partimos do

exterior (história) para o texto, mais sim do texto (interior) “enquanto materialidade histórica” (ORLANDI, 2017, p. 55), tendo em vista a sua temporalidade interna e a relação que ela tem com a exterioridade que está inscrita no próprio texto, trata-se da temporalidade do texto.

Quando abordamos o discurso literário, entendemos que uma obra literária (texto) nunca está pronta, finalizada, mas possui lacunas, espaços abertos a gestos de interpretação que possibilitam a produção de efeitos de sentido a partir do que é posto para, assim, (re)significar. A partir dessas lacunas, surge a interpretação que abre espaço para o político no texto e seu funcionamento, podemos entender esse funcionamento na obra *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus, em que analisaremos a política do silêncio, o interditar e silenciar, o “não dizer” determinado, muitas vezes, pela censura (ORLANDI, 2007).

De acordo com Mello e Fontoura (2018), há um discurso político-ideológico na obra de Carolina marcado pela resistência de uma voz que ressoa da favela, com um tom de protesto, em defesa das minorias na luta por condições dignas de saúde e moradia, em um momento de miserabilidade no Brasil, marcado pela modernização de 1950. A literatura, a partir de um sujeito porta-voz, se apropriou da política, partindo das questões históricas, sociais e econômicas. A autora, na obra *Quarto de Despejo*, denuncia os políticos da época:

Quando um político (sic) diz em seus discursos que está do lado do povo, que visa incluir-se na política (sic) para melhorar nossas condições de vida pedindo nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence as urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere nossa sensibilidade (JESUS, 2014, p. 38).

Tal materialidade utilizada para marcar uma posição e questionar o político-ideológico no discurso, sendo que os sentidos apontam para uma situação política baseada no jogo de interesses, em que os processos ideológicos são marcados no discurso político, sendo que os políticos prometem “congelar os preços”, mas não cumprem. A partir da obra, podemos explicitar a historicidade e as condições de produção, tendo em vista a não literalidade do discurso literário.

A questão da não literalidade, ou seja, o fato de o discurso literário não ser algo pronto abre espaço para vários gestos de interpretação possíveis no texto e seus movimentos de sentidos, os que são os ditos e os não-ditos, o silenciamento como marca do político no discurso. Uma obra literária não é fixa e acabada, mas passível de significação em que pode se instaurar o novo ou o mesmo no discurso, pois temos sujeitos que são assujeitados à ideologia, tendo a língua como base material para sua constituição.

Refletir sobre discurso literário a partir da obra *Quarto de Despejo* é ter um olhar sobre o discursivo no texto, entender além dos processos socioculturais, os aspectos estéticos presentes na obra que permitem um olhar que parte do texto para a historicidade e a exterioridade, observando o movimento do político-ideológico no texto.

4 A VOZ QUE RESSOA DA FAVELA: CONSTRUINDO UM DISCURSO DE RESISTÊNCIA

FIGURA 6 – A escritora Carolina Maria de Jesus em seu cotidiano



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/27/programa-bem-viver-adentra-vida-e-obra-da-escritora-carolina-maria-de-jesus>

Carolina assume diferentes espaços de significação no discurso por meio da RPS que é destacada na narratividade da sua obra, consideramos a Análise de Discurso em questão com os conceitos que apontam para uma autora que resistiu em meio às dificuldades. Para isso, percorremos as noções caras em AD, a fim de entendermos o sujeito, a ideologia, a luta de classes, os processos de identificação e contraidentificação que marcam os processos discursivos, um sujeito que não é dono do dizer, mas sim afetado pela língua, e que está sujeito à historicidade e exterioridade para se (re)significar.

4.1 DO QUARTO DE DESPEJO À SALA DE JANTAR: O SUJEITO CAROLINA E SEUS ESPAÇOS DE SIGNIFICAÇÃO

A incompletude do discurso e do sujeito possibilita a atribuição de sentidos. Ao pensar a língua na relação à exterioridade, estamos caminhando em uma busca que concebe o discurso em abertura com o simbólico, constituindo uma rede formada por um processo cultural, histórico e político de produção (MEDEIROS, 2008, p. 51).

A Análise de Discurso (AD) abre um campo de questões na própria Linguística, trazendo, através da Psicanálise, o sujeito que não era considerado no discurso, considerando as noções de língua e historicidade, conforme segue:

A Análise de Discurso que tem como marco inaugural o ano de 1969, com a publicação de Michel Pêcheux intitulada Análise Automática do Discurso (AAD), bem como o lançamento da importante revista *Langages*, organizada por Jean Dubois, vai à busca desse sujeito, até então descartado (FERREIRA, 2003, p. 40).

Então a AD vai trazer à tona o sujeito descartado e nos levará a compreender que o sujeito não é consciente, nem a origem do seu dizer; ele apenas tem a ilusão de um “real” domínio do que diz, embora acredite, muitas vezes, ser consciente de suas práticas sociais e dos sentidos que delas advêm. Ele está ligado aos processos discursivo-ideológicos, sendo, assim, o elemento principal do discurso, porque “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados” (ORLANDI, 2015, p. 45).

Logo, trata-se de um sujeito duplo, pois é atravessado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Por não ter pleno controle do seu dizer, também não é o senhor de sua fala. Este sujeito é atravessado pela ordem do inconsciente e da ideologia, assim como da historicidade, das condições de produção, entre outros, para produzir discurso. Dessa forma, é preciso entender o quanto a exterioridade constitui um texto, assim como no *Quarto de Despejo*, sendo que não estamos falando de Carolina Maria de Jesus de modo empírico, mas sim da sua representação na obra, como um sujeito dotado de inconsciente, interpelado pela ideologia, que é convocado a produzir discursos e sentidos.

Nessa perspectiva, a ideologia e o inconsciente funcionam como “estruturas-funcionamentos”, como nomeia Orlandi (2015, p. 44), presentes no discurso como

condição para a construção desse sujeito e dos sentidos, que possuem relação com a língua e com a história. Essas estruturas são formas de organizar o discurso, visto que constituem o sujeito e seus sentidos no funcionamento do processo discursivo. O sujeito “é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 46). Logo,

Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não detemos o controle e nos quais o equívoco, ou seja, a ideologia e o inconsciente estão largamente presentes (ORLANDI, 1998, p. 12).

A interpretação parte da leitura da base material, nesse espaço há a intervenção do simbólico, sendo que é preciso descrever e ler a materialidade linguística para que haja uma produção de sentidos. Assim, quando o processo ideológico e o inconsciente são considerados, uma palavra pode ter vários significados em funcionamento no discurso, isso faz parte dos “jogos do simbólico”, podendo trazer novos sentidos, produzindo deslocamento nos sujeitos e em seus discursos. Podemos observar, em alguns recortes do diário, trechos que apresentam o funcionamento do simbólico, quando observamos a RPS3 através da palavra “negra(s)” e sua movência de sentidos, que por vezes é ligada à cor.

SD14 - [...] Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos.

Eles respondia-me:

— É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro minha pele negra e meu cabelo rustico (sic). Eu até acho o cabelo de preto mais iducado (sic) que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta (JESUS, 2014, p. 64).

Em outros momentos, podemos identificar as palavras “negra” e “negro” ligadas à vida da RPS3, como a condição social em que ela se encontrava, o fato de

ser negra faz enxergar tudo “negro” o que marca o seu lugar social e os sentidos decorrentes dele, inclusive a palavra “negra” pode ser compreendida como algo negativo:

SD15 - Quando puis (sic) a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia (JESUS, 2014, p. 43)

A partir das sequências, em especial, a SD15, podemos observar o funcionamento do simbólico através da interpretação, em que ao analisar a palavra “negra(s)”, ressaltamos os sentidos presentes em cada recorte dentro da obra. Ademais, a metáfora surge como uma aresta da memória, em que novos sentidos são interpretáveis a partir do simbólico, um negro dizer a palavra negra(s) e atribuir um significado pejorativo no século XX é diferente de um branco dizer a mesma no século XXI, são diferentes períodos históricos e lugares sociais que ocupamos. Então, a partir da interpretação, identificamos os espaços da memória, lugares que são passíveis dos gestos de interpretação, instaurando novas significações no discurso, sujeitas ao equívoco.

Isto posto, é importante considerar “o fato de que não há sentido sem interpretação” (ORLANDI, 2015, p. 43). Em outras palavras, o discurso não é vazio, visto que, quando surge a necessidade da interpretação, há uma atribuição de sentidos. Logo,

A relação da ordem simbólica com o mundo se faz de tal modo que, para que haja sentido [...] é preciso que a língua como sistema sintático passível de jogo — de equívoco, sujeita a falhas — se inscreva na história. Essa inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história é que é a discursividade (ORLANDI, 2015, p. 45).

A língua possui arestas, é sujeita a deslizos e a falhas, logo os sentidos são simbólicos e se constituem de acordo com a história para a sua produção, a partir da interpretação, funcionando na ideologia juntamente com o inconsciente, para que se inscreva na história e na memória, produzindo vários modos de dizer o mesmo. O

sujeito é constituído de ideologia e inconsciente, por isso o simbólico surge para denominar os sentidos que variam ao longo do tempo. A ideologia está ligada à política, pois determina a posição de um sujeito no discurso, portanto, não há sujeito sem ideologia.

Henry (1997, p. 30) aponta a ligação teórica de Pêcheux com Althusser para explicitar um sujeito ligado à política, o qual só se torna sujeito por meio da ideologia, assim traz a seguinte reflexão: “vimos que a preocupação principal de Pêcheux referia-se à ligação entre o discurso e a prática política, ligação que, para ele, passa pela ideologia”.

Michel Pêcheux, como discípulo de Althusser, vai apresentar o sujeito como aquele que só é nomeado como tal por meio da ideologia, estando também relacionado com o político. Althusser (1970, p. 43) defende que o Estado tem “aparelhos ideológicos” que constituem o discurso sob “a forma de instituições distintas e especializadas”. Antes de abordar essa noção, o autor define o Estado na concepção marxista:

O Estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à “classe” dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista) (ALTHUSSER, 1970, p. 31).

Em suma, o objetivo do Estado, para a teoria marxista, seria manter a ordem, além de reprimir o sistema que não seja o da classe dominante, para reforçar o sistema capitalista, em que os trabalhadores se submetem à situação de subordinação. Ao perpassar pelo período de 1950-1960 (era de Getúlio Vargas e JK), vimos uma urbanização desenfreada em São Paulo, aliada ao crescimento de indústrias que atraíam olhares de migrantes de várias regiões do país na esperança de um futuro promissor, com oportunidades e condições dignas. Entretanto, o que ocorre é uma urbanização desenfreada, sem nenhuma assistência governamental, migrantes, ex-escravos e ex-trabalhadores rurais ficam deslocados. O Estado, através da exploração capitalista, garante que os cantos da metrópole sejam o lugar ocupado por essa parcela da população.

Em meio à miséria, aos lixos e sem nenhuma condição sanitária que Carolina Maria de Jesus sobrevivia, é na/da favela que ela tirava seu sustento, catando papel. Alguns trechos da obra apontam para uma insatisfação da autora em morar na

favela, e a divisão feita entre a favela e a metrópole. “...Eu classifico São Paulo assim: O Palácio (sic), é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2014, p. 32).

Althusser (1970) afirma que entender o Estado apenas como um aparelho repressivo é insuficiente para explicar as relações de poder que ocorrem em seu interior. Então, ele explicita:

Para se avançar na teoria do Estado, é indispensável ter em conta, não só a distinção entre *poder de Estado e aparelho de Estado*, mas também outra realidade que se situa manifestamente do lado do aparelho (repressivo) de Estado, mas não se confunde com ele (ALTHUSSER, 1970, p. 42, *grifos do autor*).

Althusser prossegue e afirma ainda “designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1970, p. 43). Assim, o autor menciona que podemos entender como “Aparelhos Ideológicos de Estado” (AIE) algumas instituições, como “- AIE - familiar; AIE - jurídico; AIE – político” (ALTHUSSER, 1970, p. 43), para salientar que não se confundem com o aparelho repressivo de Estado. O autor aborda dois pontos para explicitar essas diferenças. Para ele, “num primeiro momento podemos observar que, se existe um Aparelho (repressivo) de Estado, existe uma pluralidade de Aparelhos ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 1970, p. 44).

Com isso, entendemos que o poder do Estado diz respeito às lutas políticas de classe, já o aparelho de Estado apresenta-se como força de exercício e execução, que compreende os tribunais, a polícia, as autoridades no geral. O poder de Estado e o aparelho de Estado andam juntos, sendo que um não se mantém sem o outro, considerando que o Estado só assume o poder da repressão a partir dos seus aparelhos que são responsáveis pela execução. Nessa perspectiva, a crítica aos políticos na obra *Quarto de Despejo* é recorrente, sendo que a autora salienta que ambos não resolvem seu problema, que é a fome. “...De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operários” (JESUS, 2014, p. 40).

Em vários momentos, há uma crítica na obra aos políticos que só aparecem nas eleições, deixando claro seus interesses somente por votos, e não em melhorar as condições precárias que moradores da favela enfrentam. Os políticos

representam o aparelho repressivo de Estado, além deles, podemos focar mais especificamente nos AIE, inclusive, é feita uma distinção entre domínio público e privado, salientando-se que a maioria dos aparelhos ideológicos são movidos pelo domínio privado. Quanto ao segundo ponto,

[...] podemos constatar que enquanto o aparelho (repressivo) de Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (na sua dispersão aparente) revela pelo contrário o domínio privado. Privadas são as Igrejas, os Partidos, os sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais, etc. (ALTHUSSER, 1970, p. 45).

Aliás, Pêcheux (2014, p. 130) adota o termo “aparelho ideológico de Estado”, advindo de Althusser (1970), a fim de mencionar aspectos que considera importantes, pois apresenta que “as ideologias não são feitas de ideias, mas sim de práticas”, logo, apresenta quatro aspectos sobre a ideologia. Assim, o autor destaca que o primeiro seria que não se trata de um “*Zeitgeist* (isto é, o espírito do tempo, a ‘mentalidade da época’, os ‘costumes de pensamento’ etc.)”, por isso, compreendemos que ela não se reproduz mediante os costumes e culturas de determinado período, mas vai muito além, através de uma característica heterogênea que ultrapassa um tempo específico, circulando em uma teia de significações, independente de um período isolado.

Assim, podemos entender que a ideologia não diz respeito a determinado período, mas sim a várias significações, independente do tempo. A mulher negra, a ama-de-leite, a escrava, a empregada doméstica vêm ganhando (re)significações ao longo dos séculos, conforme as condições de produção, via funcionamento do simbólico, que torna possível essa produção de sentidos. É apesar do silenciamento de tantas vozes de mulheres negras, que há furos nesse sistema, tal como identificamos a produção literária de Carolina Maria de Jesus através da RPS3 no discurso, naquela época, e tantas outras que podemos identificar na atualidade, tais como: Djamilia Ribeiro, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento. O papel de uma escritora negra em meados do século XX não pode ser avaliado naquele momento histórico, é pelo distanciamento que hoje podemos dar a Carolina seu merecido lugar de sujeito de resistência.

O segundo aspecto aborda que “[...] é impossível atribuir *a cada classe sua ideologia*, como se cada uma delas vivesse ‘previamente a luta de classes’”

(PÊCHEUX, 2014, p. 130), destacando que o encontro de duas classes abrange mundos distintos, instituições específicas, no encontro, a classe mais forte que seria importante, dessa forma, “importaria, então, sua ideologia à outra”, isto seria ter dois costumes, duas culturas e duas épocas diferentes, ou seja, “multiplicar por dois a concepção da Ideologia como *Zeitgeist*” (PÊCHEUX, 2014, p. 130). O que é relevante para compreendermos a luta de classes presente na obra, de um lado temos a metrópole destinada à classe média, branca e trabalhadora; do outro lado temos a favela, do preto, do migrante e do ex-trabalhador rural.

Para explicitar o terceiro aspecto, Pêcheux (2014, p. 131, *grifos do autor*) afirma que a ideologia é realizada por meio da “instalação dos aparelhos ideológicos” e, por esse motivo, ela se torna dominante, entretanto os “aparelhos ideológicos de Estado não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante”, ou seja, pelos AIE não podemos ver a ideologia presente, mas sim no interior do discurso da classe dominante.

Já no quarto e último aspecto, entendemos que há uma transformação nos AIE,

[...] o que significa que os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista). *De onde, a expressão “reprodução/transformação” que empregamos* (PÊCHEUX, 2014, 131, *grifos do autor*).

Entendemos, a partir desse aspecto, que os AIE constituem um lugar de reprodução e transformação no momento em que há uma luta de classes presente no discurso. Assim, compreender o funcionamento discursivo na obra *Quarto de Despejo* é considerar os processos ideológicos advindos de uma luta de classes, em que a ideologia dominante é presente por meio dos aparelhos ideológicos, entretanto só podemos identificá-la através do discurso da classe dominante.

Diante disso, entendemos que o Estado é o “holofote” da classe dominante, que determina, por meio da ideologia, o lugar social que uma parcela da população, os migrantes, as mulheres negras, ex-trabalhadores rurais devem ocupar. Carolina Maria de Jesus, assim como tantas outras mulheres e ex-escravos, trabalhadores rurais e brasileiros que buscavam uma oportunidade em São Paulo, foram submetidos à urbanização desenfreada que possibilitou os processos de reprodução/transformação dos lugares sociais. Nas encostas de São Paulo, o

cenário passa a ser composto por favelas, barracos sem nenhuma condição sanitária, uma parcela da população ficou à mercê da própria sorte, longe da classe dominante. Esse espaço de ocupação foi abrigo daqueles que não tinham privilégios e não serviam de “combustível” para a máquina capitalista.

O sonho de muitos trabalhadores, que migraram de outras cidades em busca de oportunidades, tornou-se um pesadelo. O espaço vazio nos cantos de São Paulo passa a ser ocupado por uma parcela da população. Um lugar social determinado pela classe dominante, da qual Carolina não fazia parte.

Pêcheux (2014, p. 29) trata de alguns pontos gerais importantes para esclarecer as condições ideológicas de “reprodução/transformação”, explicitando que consistem em uma relação econômica e em uma luta de classes presentes nos AIE. Assim, entendemos que o modo como o Estado influi na sociedade determina o processo ideológico que decorre a partir dos aparelhos ideológicos de Estado no interior do discurso da classe dominante.

Segundo Althusser (1970, p. 93), “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”, e ela só existe para sujeitos concretos, logo a categoria de sujeito é constituída por toda ideologia, no momento em que esta constitui os indivíduos em sujeitos. Como aponta Pêcheux (2014, p. 146), a ideologia “fornece evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o ‘caráter material do sentido das palavras e dos enunciados’”.

Assim, a “transparência da linguagem” decorre do sujeito acreditar que os sentidos são evidentes, não considerando o “caráter material” constituído através dos sentidos das palavras advindos da história. O que reforça que o sujeito, interpelado pela ideologia, não é dono de suas formulações, elas permeiam no processo ideológico. Grigoletto (2007, p. 7) explicita que:

Ainda é importante esclarecer que, ao passar do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito é afetado pelo inconsciente, tendo a ilusão, muitas vezes, de que é possível produzir um apagamento do seu lugar social. Mas tal apagamento é somente um efeito, um simulacro, já que a sua inscrição num determinado lugar discursivo implica sempre uma determinação do lugar social. Ou seja, sempre haverá uma determinação ideológica.

De fato, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte do seu dizer e de controlar os sentidos produzido, isso começa a partir da determinação ideológica que é quando

partimos da evidência de que já somos sujeitos quando nos olhamos no espelho e reconhecemos quem somos, por exemplo, ou até mesmo quando estamos na fila do supermercado e observamos algum amigo, passamos pelo processo de um “reconhecimento ideológico” de que somos sujeitos “concretos, individuais, inconfundíveis e (naturalmente) insubstituíveis” (ALTHUSSER, 1970, p. 97).

O autor salienta que precisamos romper com esse reconhecimento e partir para o conhecimento científico para entendermos sobre a ideologia e o processo no qual o indivíduo passa a ser designado sujeito, partindo da reflexão de que já somos sujeitos desde que nascemos, temos um nome e um lugar social que ocupamos. Ademais, esse reconhecimento de ser “sempre-já” sujeito, o *pré-construído* “aquilo que todo mundo sabe”, faz com que ocorra um esquecimento dele das determinações que o colocaram no lugar que está e o constitui como tal, por isso o assujeitamento ideológico permite compreender essa “dupla forma” discursiva (PÊCHEUX, 2014, p. 158). Tendo em vista o assujeitamento ideológico, advindo da contradição, a ideologia vai além da evidência e da transparência da linguagem.

O sujeito assume uma forma-histórica que ocorre no âmbito da contradição, pois é livre e submisso ao mesmo tempo “pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la”, trata-se de um sujeito gramatical, assujeitado pela língua, que assume um ideal de completude a partir da noção de determinação, o imaginário de ser “um sujeito mestre de suas palavras” (ORLANDI, 2015, p. 48), sujeito-de-direito ou sujeito jurídico, que nem sempre apresentou tais características quando entendemos sua relação com os sentidos por meio da exterioridade e da historicidade.

É a partir da contradição que surge o assujeitamento, embora o sujeito seja determinado pela língua também estabelece uma “submissão” decorrente de um imaginário de completude, de acreditar ser dono do seu dizer, desconsiderando os processos exteriores à língua. Ao percorrer a história, brevemente, podemos entender que o homem era subordinado ao discurso religioso, entretanto, com a modernidade, esse sujeito passa a ser de direito, surgindo “a ideia de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo, a crença na Letra (submissão a Deus) dá lugar à crença nas Letras (submissão ao Estado e às Leis)” (ORLANDI, 2015, p. 49). Temos um sujeito-de-direito que possui deveres e direitos, ele é parte de uma sociedade capitalista. Então,

Submetendo o sujeito, mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade. Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. É aí que se sustenta a noção de literalidade: o sentido literal, na concepção linguística imanente, é aquele que uma palavra tem independentemente de seu uso em qualquer contexto (ORLANDI, 2015, p. 49).

Por meio dessa reflexão, a autora convida-nos para realizar uma análise além do aspecto material do discurso. A noção de literalidade não se sustenta em AD, tendo em vista que ela é fixa e determina o dizer. Portanto, é algo dependente das condições de produção, que faz com que o sujeito tenha uma ilusão, um “falso domínio do seu dizer”, “uma impressão de transparência” (ORLANDI, 2015, p. 50).

Através das reflexões teóricas sobre o assujeitamento ideológico e os conceitos que o permeiam, interpretamos a obra de Carolina Maria de Jesus com um olhar que parte do evidente, considerando a textualidade, seus escritos em forma de diário, e os processos ideológicos e exteriores à língua, tendo em vista que o sujeito é representado como um “eu” no discurso. Esse “eu” é marcado pela divisão, pelo que pode e o que não pode ser dito, é marcado pela não totalidade e pela incompletude que lhe são constitutivos.

Explicitamos, empiricamente, um recorte que marca a RPS1 em um diálogo com um dos seus vizinhos: “ – Eu escrevo porque preciso mostrar aos políticos (sic) as peggimas (sic) qualidades de vocês. E eu vou contar ao reporter (sic)” (JESUS, 2014, p. 172). Ademais, ressaltamos que a fome faz a RPS1 desejar “enforçar” os políticos da época:

SD16 - Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer.

...Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? Um leito em Campos do Jordão [10] . Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos (sic) (JESUS, 2014, p. 33).

SD17 - Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados,

para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava discontente (sic) que até cheguei a brigar com o meu filho José Carlos sem motivo (JESUS, 2014, p. 33).

Então, nas SDs, acima, há relatos em forma de protesto, sendo que muitos políticos da época não se importavam com os pobres, moradores da favela, nem resolviam o problema maior que era a fome, por isso surge o desejo da RPS1, delineado de denúncias, de “matar” e “enforçar” alguns políticos, visto que as dificuldades como a fome “corta o afeto do povo pelos políticos(sic)”. O descontentamento é presente nessa representação devido ao pobre estar mal colocado na sociedade, deslocado, sem condições dignas de sobrevivência.

Neste dizer há uma reivindicação por uma vida digna na favela. Chamamos de um sujeito-de-direto (individualizado pelo Estado) sob a visão material do discurso (ORLANDI, 2015), mas também um sujeito determinado pela historicidade. Apresenta-se como um sujeito duplo, assujeitado em duas formas. Veremos, a seguir, o sujeito mobilizado pelas formações ideológicas e discursivas, no qual ele é interpelado em “sujeito-responsável” (PÊCHEUX, 2014, p. 198). Esse duplo assujeitamento faz com que resida o sujeito da contradição, “do vacilo”, que permeia entre o Estado, com seus direitos e deveres, mas também é mobilizado pela historicidade como um sujeito que é fruto dos processos ideológicos, históricos e exteriores à língua.

Pêcheux (2014, p. 131) aponta que “os aparelhos ideológicos de Estado não são a *expressão* da dominação da ideologia dominante”, mas são o meio pelo qual ela se realiza, por isso

Compreende-se [...] por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “a maneira de se servir deles” (PÊCHEUX, 2014, p. 132, *grifos do autor*).

Dessa maneira, o fato de o sujeito dizer A em vez de B faz parte do jogo do político na língua e das formações dos AIE, pois, no momento que o sujeito está em uma determinada posição, ele vai estar inscrito em uma formação discursiva (FD), que corresponde a dadas formações ideológicas, que “não são ‘objetos’ ideológicos

regionais tomados um a um, mas sim o próprio desmembramento em regiões (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, a Família, o Saber, etc.)” (PÊCHEUX, 2014, p. 132) Assim, as formações ideológicas não pertencem somente a uma classe dominante, nem a uma época, mas sim a um movimento discursivo que abrange uma interpretação dos AIE que estão sempre em conflito, disputas.

O conceito de FD está ligado ao de ideologia, que determina o dizer no discurso, pois o sujeito pode se inserir no interior de uma determinada FD, mas, ao mesmo tempo, questioná-la assumindo várias posições-sujeito dentro do discurso que resulta da sua inscrição em outras FDs. Por conseguinte, “é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma” (PÊCHEUX, 2014, p. 146).

Pêcheux (2014, p. 146) defende que é a ideologia que fornece evidências: “o fato de que todo mundo sabe o que é um operário, um soldado, uma greve, recupera uma memória e passa a ideia de que ‘querem dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, a ‘transparência da linguagem’”. Entendemos que não se trata de algo evidente no discurso, é algo da ordem da não evidência, parte dos processos ideológicos, capaz de trazer à tona a história e permitir ao sujeito se identificar com o discurso.

Os sentidos não se fecham nem são evidentes embora pareçam ser, a interpretação, inicialmente, “passa por transparente quando na verdade são muitas suas definições” (ORLANDI, 2007, p. 9), entretanto trabalhamos com gestos de interpretação, pois temos diferentes formas de linguagens e sujeitos distintos. A autora aponta que a linguagem é opaca, não tem plasticidade, não dá conta dos sentidos que permeiam o discurso, por isso partimos da interpretação para trazer os gestos na leitura, tendo em vista que os sentidos não estão prontos.

Dessa forma, compreendemos que o sujeito assume diferentes posições ao se inscrever em determinadas formações discursivas, as quais dependem da ideologia para mobilizar sentidos, essa que determina como “se diz algo” no discurso. Quando falamos em posição-sujeito, precisamos considerar as formações discursivas e ideológicas.

Falar em posições-sujeito é necessariamente falar em possíveis desdobramentos que a forma-sujeito pode ter no interior de uma FD. Tais

desdobramentos se dão pela realização de uma ou outra modalidade de identificação do sujeito com os saberes próprios de uma FD, onde teremos o sujeito universal, funcionando como sujeito histórico que regula os saberes próprios da FD; e o sujeito enunciador que representa no discurso tais saberes (PETRI, 2004, p. 46).

Petri (2004, p. 49-50) explicita que as noções se interligam, porque, para falar em posições-sujeito, é preciso entender que a forma-sujeito está no interior da FD, pois o sujeito é mobilizado pela forma como se desdobra. Além disso, um sujeito de direito pode se tornar um sujeito religioso, dependendo da FD e da posição que ele ocupa. Nesse sentido, Orlandi (2015, p. 47) traz um exemplo com a posição de mãe: em que o sentido deriva a partir da formação discursiva em que as palavras são inscritas, assim ao questionar um filho por chegar atrasado, a posição-mãe é evidenciada e já se distingue de outras posições como: médica, professora. Portanto,

[...] ao assumir uma posição-sujeito que se identifica de modo parcial com a forma-sujeito que corresponde a uma determinada FD, o sujeito se revela fragmentado e a diferença passa a fazer parte daquela aparente unidade: o diferente emerge do interior do mesmo, tanto no domínio da ideologia quanto no domínio do discurso (PETRI, 2004, p. 49).

Desse modo, compreendemos que “o diferente emerge do interior do mesmo” (PETRI, 2004, p. 49) como as possibilidades que o sujeito tem de inscrever-se em diferentes regiões de uma dada FD, bem como de extrapolar os limites da FD na qual se inscreve prioritariamente, produzindo, assim, sentidos outros no discurso, a partir do “novo” no discurso, que pode ser visto a partir de uma dada tomada de posição do sujeito. Com base nesse exemplo, podemos pensar em tantas outras posições, como a posição-chefe, a posição-empregado, a posição-irmão, a posição-professor. Partimos da subjetividade para compreender o movimento no discurso que parte da noção de homem para a de sujeito, o que faz ocorrer o deslocamento do sentido e da língua posta em relação a história, assim em AD o lugar social (empírico) parte para uma posição-sujeito (discursiva) dada, o sujeito parte do seu lugar no mundo para a posição no discurso (ORLANDI, 1999).

Todas elas, enfim, funcionam no discurso por meio de uma FD que inclui, em seu interior, a formação ideológica, que determina o que pode ou não ser dito, dependendo da posição que o sujeito ocupa e, conseqüentemente, de seu processo de identificação. De acordo com Petri (2004, p. 46), “é pelas ‘modalidades de

identificação' do sujeito enunciador com a forma-sujeito que se legitima a condição de descentrado, lacunar, disperso, múltiplo, reafirmando a caracterização material do discurso e do sentido”.

Vale dizer, pois, que, se a ideologia não é idêntica a si mesma, a formação discursiva, por idênticas razões, também é, a um só tempo, idêntica e dividida. Isto significa que seu domínio de saber comporta identificação, isto é, reduplicação da identificação, mas também diferença e divergência, ou seja, a contra-identificação sendo, pois, a contradição o que se instaura aí em lugar da igualdade e unicidade (INDURSKY, 2007, p. 7).

A ideologia, por mais que não seja “idêntica a si mesma”, porque os sentidos mudam de acordo com a história relaciona-se com a formação discursiva que é “idêntica e dividida”, sendo que um sujeito pode ser inscrito em uma dada FD como prioritária, mas sofre o atravessamento de saberes advindos de várias FDs, podendo comportar tomadas de posição sujeito de contra-identificação.

Ademais, Pêcheux (2014, p. 198) reafirma que “a interpelação do indivíduo em sujeito no discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina”, também ressalta que há um “desdobramento” do sujeito no discurso, em dois termos, em que o primeiro representa o “locutor”, ou aquele a que se habituou chamar o “sujeito da enunciação”, na medida em que lhe é “atribuído o encargo pelos conteúdos colocados”, portanto é o sujeito que “toma posição”, com “conhecimento de causa” e responsabilidade pelo que fala. Já o segundo termo representa o “chamado sujeito universal, sujeito da ciência ou que se reconhece como tal”.

Segundo Pêcheux (2014, p. 199), o sujeito constitui-se enquanto contradição, produzindo efeitos paradoxais, “enquanto relação de desdobramentos entre ‘sujeito da enunciação’ e ‘sujeito universal’”. Sendo assim, o autor afirma que:

A primeira modalidade consiste numa superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (PÊCHEUX, 2014, p. 199, grifos do autor).

Na concepção do teórico, “o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica” (PÊCHEUX, 2014, p. 199). O sujeito enunciador, o “bom sujeito” seria o “dono de si”, individualizado, e o sujeito universal

seria aquele dominado pela ideologia, ambos estabelecem relações entre si, porque não podemos considerar apenas o sujeito da enunciação, mas também o universal, pois estamos falando de sujeitos, logo, eles são dotados de inconsciente e interpelados pela ideologia. Assim, a superposição “representaria uma total reprodução não apenas das condições de produção, mas também da forma-sujeito, sem lugar para falhas, mancadas, tropeços desse mesmo sujeito” (BECK; ESTEVES, 2014, p. 141).

Conforme os estudos de Petri (2004, p. 49), “a relação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal não se realiza pela forma da superposição, não se dá de maneira uniforme e perfeita”. Entendemos que isso ocorre porque há um embate entre o sujeito que tem a “ilusão do seu dizer” e o sujeito ideológico, mobilizado pelo interdiscurso e pelo inconsciente.

A segunda modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”, discurso no qual o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) (PÊCHEUX, 2014, p. 199).

Na segunda modalidade, Pêcheux (2014, p. 199) explicita que “o mau sujeito, ‘mau espírito’ se ‘*contraidentifica*’ com a FD que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como determinação exterior de sua interioridade”. A partir da “tomada de posição”, ele luta contra o sujeito universal, ou seja, contra a ideologia (interdiscurso), trazendo novos sentidos a partir disso. Oliveira (2015) aponta a contraidentificação como contradição simples, sendo que ela pode ser mobilizada para compreender as instancias discursivas, é constitutiva de todo e qualquer discurso e define sua especificidade discursiva da contradição, o que traz uma definição própria. O autor afirma que contradição na AD não significa o antagonismo de elementos, mas uma oposição simples, o que ajuda a designar as diferentes direções dos sentidos.

Pêcheux aponta que a contradição implica um certo “antagonismo”:

Ora, o que justamente nosso desvio permite compreender é que esse “antagonismo” (que possui a forma da contradição “hegeliana: a negatividade, a *Alfhebung*, etc.) se manifesta, em realidade, *no interior da forma-sujeito, na medida em que o efeito daquilo que definimos como “o interdiscurso continua a determinar a identificação ou a contraidentificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite* (PÊCHEUX, 2014, p. 200, *grifos do autor*).

Esse “antagonismo”, posto entre aspas, como o autor aborda, aponta a existência capital de uma “terceira modalidade”, que seria uma tomada de “*posição não subjetiva*”, “que *integra o efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito*, efeito que toma a forma de uma *desidentificação*” (PÊCHEUX, 2014, p. 201, *grifos do autor*). Esse processo causa uma ruptura do sujeito, uma subjetivação em que ele volta atrás no seu discurso e se desidentifica com a formação discursiva. Podemos relacionar com o período de escravidão em que muitas mulheres eram subordinadas a trabalhos na casa grande como: cuidar dos afazeres do lar e dos filhos das senhoras, mas quando “libertas” passam a executar um trabalho “assalariado”, sendo empregadas domésticas ou babás. Assim, há uma ruptura nos discursos que permite que a empregada doméstica se desidentifique com a escrava.

Orlandi (2015, p. 37) explicita que “não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis”. Com isso introduz a noção de “relação de força”, visto que dependendo do lugar que o sujeito fala, os sentidos possuem outra significação. Nessa perspectiva, podemos pensar em um sujeito que ocupa o lugar de chefe, ele vai falar com uma autoridade superior à do empregado, estabelecendo relações com as práticas sociais da nossa sociedade, que “é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares” (ORLANDI, 2015, p. 37).

O processo de identificação ocorre por meio da ideologia quando, por exemplo, em uma entrevista, o entrevistador faz uma série de perguntas como estas: “Qual seu nome?”, “Onde mora?” e “O que gosta de fazer nas horas vagas?”. Para responder a esses questionamentos, primeiro, precisamos interpretar e produzir sentidos, para depois recuperar, através da história, os processos ideológicos. Logo, há uma necessidade de identificação nesses processos, em que o “eu” é questionado, e compreendemos tal processo como aquele “da interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio: ‘aquele que...’” (PÊCHEUX, 2014, p. 145).

A identificação, a contraidentificação e a desidentificação são processos que permeiam as formações discursivas, imbricando a subjetivação do sujeito. Nas tessituras do discurso da RPS1, moradora da favela, explicitamos uma identificação

da autora com a favela, aproximando-se de seus vizinhos nos discursos em defesa da minoria, seja reivindicando ou reclamando deles em seu diário, ao mesmo tempo que se contraidentifica olhando para a favela com desejo de “residir em uma casa residível”: “passei uma noite horrível (sic). Sonhei que eu residia numa casa residível (sic) tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada” (JESUS, 2014, p. 39).

Por meio dos recortes abaixo, entendemos que a favela não seria um lugar agradável de se viver, mas sim a “sobra” para os pobres, negros e ex-migrantes:

SD18 – [...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos (sic), almofadas de sitim (sic). E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2014, p. 37).

SD19 – Abri a janela e vi as mulheres que passam rapidas (sic) com seus agasalhos descorados (sic) e gastos pelo tempo. Daqui a uns tempos estes palitol que elas ganharam de outras e que de há muito devia estar num museu, vão ser substituidos (sic) por outros. E os políticos (sic) que há de nos dar. Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo (JESUS, 2014, p. 37).

Na RPS1, compreendemos que o sujeito tem uma identificação com sua formação discursiva, sendo que se identifica em ser uma moradora da favela, pois quando vai a São Paulo, está na “sala de visitas” (SD18) e quando está na favela, sente ser digna de “estar num quarto de despejo” (SD18), denomina-se como “favelada” (SD19), “rebotalho” (SD19). É assim que o sujeito é interpelado pela ideologia para tomar uma posição de identificação com uma dada formação discursiva (PÊCHEUX, 2014). Inicialmente, a favela não parece ser o lugar de Carolina, mas por meio da discursividade, observamos que ela identifica-se com os favelados, trazendo palavras negativas em relação ao seu lugar social e aos próprios moradores da favela. Há um reconhecimento como “moradora da favela” que luta pelos seus direitos e dos demais, as situações em que vive geram incômodos e questionamentos. A “sala de visitas” passa a ser o lugar dos sonhos.

O mesmo ocorre com o fato de inscrever-se como escritora na RPS2, relatando o cotidiano na favela, tanto na sua relação com os vizinhos, como na sua rotina como catadora de papel, ela identifica-se com a FD escritora na favela, no momento em que relata as mazelas em que vivia, ressignifica-se nesse lugar social precursor dos seus dizeres e sentidos, o poder está na escrita em relação aos moradores da favela.

SD20 - (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (JESUS, 2014, p. 58).

Através da (SD20), compreendemos o trabalho da memória que ressoa, grita, sendo que a autora escreve para esquecer que “é da favela”, ou seja, aponta para o seu lugar social que é ser uma escritora da favela, mas não consegue apagar essa memória que está instaurada, por mais que seu desejo seja sair da favela, a “sala de visitas” é apenas um lugar temporário. Há um encontro com a RPS1 moradora da favela com a RPS2 escritora em que a experiência de morar na favela, em condições precárias, traz um questionamento delineado de denúncias retratadas por meio da escrita, tendo em vista a condição mulher negra.

Já na RPS3, há contraidentificação de um sujeito que se denomina como uma mulher negra, mas que ao observarmos seus escritos, identificamos uma tomada de consciência da rejeição em relação aos negros, as pretas, incluindo ela mesma, com isso convoca a metáfora, que é um esburacamento da memória, a fim de instaurar o novo no discurso, a partir da historicidade. Vejamos abaixo:

SD21 - Dia das Mães. O céu está azul e branco. Parece que até a Natureza quer homenagear as mães que atualmente se sentem infeliz por não poder realizar (sic) os desejos dos seus filhos (JESUS, 2014, p. 30).

SD22 - Eu havia comprado um ovo e 15 cruzeiros de banha no Seu Eduardo. E fritei o ovo para ver se parava as nauseas. Parou. Percebi que era fraquesa (sic). O medico (sic)

mandou-me comer óleo (sic) mas eu não posso comprar. (...) Fui fazendo o jantar. Arroz, feijão, pimentão e choriço e mandioca frita. Quando a Vera viu tanta coisa disse: hoje é festa de negro! (JESUS, 2014, p. 47-48).

SD23 - Deixei o leito as 4 horas, quando ouvi o rádio (sic) do vizinho (sic) tocando. Comecei escrever. Liguei o rádio (sic) para ouvir o amanhecer do tango. Despertei pensando no cigano, que é pior do que o negro. Não aconselho ninguém (sic) a fazer amizade com eles (JESUS, 2014, p. 158).

SD24 – [...] Voltei para o meu barraco imundo. Olhava o meu barraco envelhecido. As tabuas(sic) negras e podres. Pensei: está igual a minha vida! (JESUS, 2014, p. 175).

A partir dos recortes podemos entender que a palavra branco está ligada a algo positivo “o céu está azul e branco”, “a natureza quer homenagear” (SD21), assim como negro, negra, por muitas vezes está atrelado a algo positivo como o fato de ter bastante comida na mesa estar ligado a “festa de negro” (SD22). Já a relação que Carolina afirma que o cigano “é pior que negro” (SD23), o que remete ao imaginário do negro atrelado a algo negativo. Outrossim, na (SD24), a palavra “negras” está inserida em um discurso sobre a condição deplorável do barraco em que a autora vivia, sendo que compara o termo com a sua vida, o que reflete o pejorativo no discurso. Esses são os movimentos dos sentidos em circulação, no discurso do Brasil escravocrata, que ainda ressoam em pleno século XXI. Carolina de Jesus não escapa a essa interpelação ideológica e reproduz também sentidos do outro, marcando a contraidentificação.

Segundo Pêcheux (2014, p. 146), há “o sujeito de direito” e o “sujeito ideológico”. O primeiro é aquele que vai pela maioria, como o autor exemplifica em uma nota de rodapé: se disserem “os franceses são valentes; os italianos são desconfiados”, basta que a afirmação seja considerada verdadeira pela maioria para se tornar real. O segundo é o sujeito que reduplica, sendo construído na ordem do evidente, o qual “veicula e mascara a ‘norma’ identificadora”. Por exemplo, se falarmos que “um soldado francês não recua”, significa que o francês é um “verdadeiro soldado”.

Esse processo de construção de evidências efetiva-se por meio da ideologia. O autor discorre sobre esse caráter material que pode ser evidente para o sujeito,

mas é parte constitutiva ideológica. Pêcheux (2014, p. 146-148) esclarece as formas como isso acontece através de duas teses:

- 1) A primeira consiste em colocar que o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).
- 2) Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no processo de formações ideológica.

Assim, entendemos que as posições ideológicas determinam o dizer, pois retomam elementos de uma memória (interdiscurso) que fica presente no processo discursivo. Logo, o sujeito é livre para submeter-se à ideologia, assumindo, assim, uma forma-sujeito no discurso e tomando uma posição-sujeito em detrimento de tantas possíveis.

Assim, o discurso não é constituído apenas de uma FD, mas sim de várias que se inserem no interior do discurso. “Vê-se que a noção de formação discursiva, desde logo, faz parte das considerações teóricas de Pêcheux e, de imediato, percebe-se que esta é concebida de forma entrelaçada com a noção de ideologia” (INDURSKY, 2007, p. 4). O discurso não é fechado, nem limitado, mas sim constituído de diversas possibilidades, uma multiplicidade de sentidos.

Na terceira época da AD, Pêcheux (1997a, p. 316) propõe uma desconstrução das maquinarias discursivas, limitadas e fechadas em si, apontando que o discurso funciona de outra forma, porque “[...] a produção ‘em espiral’ destas reconfigurações do corpus vêm escandir o processo, produzindo uma sucessão de interpretações do campo analisado”. Através desses estudos, compreendemos que não há como analisar o discurso pela máquina, pelo sistema automatizado, pois toda a questão do discurso se constitui de uma forma “espiral”, na qual temos frestas, em que há uma linearidade (os saberes que passam) e a verticalidade (profundidade do discurso). Logo, existem aberturas nesses discursos que possibilitam que o sujeito se inscreva em várias FDs.

Indursky (2007, p. 9) reforça que a FD possibilita várias posições-sujeito no discurso, “isto ocorre porque a FD é dotada de fronteiras bastante porosas que permitem a entrada de saberes que lhe eram alheios em um determinado momento”,

não sendo fixas no discurso. Assim, as palavras assumem múltiplos sentidos, dependendo da posição em que o sujeito se encontra, em relação a outros dizeres, logo, elas não possuem sentidos próprios. Orlandi (2015, p. 41) expõe dois pontos importantes da FD, o primeiro é denominado como:

A. O discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem.

Esses sentidos são determinados por meio da ideologia que possui sua materialidade no discurso, nas formações discursivas podemos ver o constante movimento da memória (interdiscurso) em cada uma que estabelece fronteiras no discurso.

B. É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes (ORLANDI, 2015, p. 41-42).

Dependendo da FD, a palavra pode ter diferentes sentidos no discurso, pois os excertos que recortamos dos pontos A e B, propostos por Orlandi, trazem elementos importantes para a compreensão de como funciona uma FD. Entendemos que palavras dependem de outras palavras para estabelecerem sentidos, assim, não devemos compreender “as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente, elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas” (ORLANDI, 2015, p. 42). Compreendemos que um discurso tem relação com outros através das múltiplas possibilidades de dizer.

Estamos sendo afetados pelos sentidos que advêm do interdiscurso e que produzem o dito e o não dito no discurso, este último funciona como uma “presença de ausência necessária” (ORLANDI, 2015, p. 32), por isso o esquecimento vai surgir como algo estruturante no interdiscurso. Pêcheux vai trazer dois tipos de esquecimentos que ocorrem no discurso:

[...] Apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento n° 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.

Concordamos em chamar de esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada (PÊCHEUX, 2014, p. 161-162, *grifos do autor*).

O esquecimento número um, ideológico, é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Já o número dois é da ordem da enunciação, ou seja, ao falarmos, o fazemos de uma maneira, e não de outra, formando famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre pode ser outro, “ao falarmos ‘sem medo’, por exemplo, podíamos dizer ‘com coragem’, ou ‘livremente’ etc.” (ORLANDI, 2015, p. 33) A autora vai discorrer que esse “esquecimento” produz uma sensação de realidade, que realmente estamos agindo de forma consciente quando escolhemos um dizer, e não outro, entretanto é da ordem do inconsciente, podemos dizer o mesmo com outras palavras.

4.2 NAS VIELAS DA MEMÓRIA: UM DISCURSO NA/DA FAVELA

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Para Pêcheux (1999), a memória faz parte das “questões cruciais” abordadas em Análise de Discurso, pois a discussão que o autor traz é entender como se permeia os implícitos no discurso, onde eles estão e se encontram? Ele levanta uma hipótese, de que não encontraremos o discurso de forma explícita, sedimentada e estável, mas que haveria uma forma de “regularização” dessa memória por meio da repetição (paráfrase), entretanto o discurso ainda estaria suscetível à ruína, sendo que poderia aparecer o “novo” no discurso desfazendo o processo anterior.

Pêcheux (1999, p. 53) explicita que há “um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento”, assim como “o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’”. O discurso da primeira favela urbana em São Paulo é um acontecimento o qual a memória absorve, e, para Greff e Cabrera (2018), Carolina inscreve-se na prática discursiva, em que torna visível, inscreve na

memória os sentidos de sua prática de sujeito nas margens. Aliás, trata-se de um discurso que promove a inscrição de um acontecimento na memória, sendo que nas grandes editoras não havia espaço/lugar para um discurso da favela, de uma mulher negra, catadora de papel e mãe solo. Um acontecimento inscrito na memória e materializado no discurso, conforme segue:

— Pois é Toninho, os editores do Brasil não imprime o que escrevo porque sou pobre e não tenho dinheiro para pagar. Por isso eu vou enviar meu livro para os Estados Unidos. Ele deu-me vários endereços de editoras que eu devia procurar (JESUS, 2014, p. 133).

Esse discurso retrata a conversa de Carolina com Toninho, um conhecido da livraria, sobre publicar o seu livro, mas, infelizmente, na literatura brasileira não havia espaço para esse tipo de relato. A publicação do livro *Quarto de Despejo*, em 1960, vem para desestabilizar a memória, o progresso de uma cidade industrializada que não abria espaço para uma escritora questionadora, que denunciava as mazelas em que os menos favorecidos viviam, assim “Carolina significava tudo aquilo que não se queria ver e ouvir no Brasil do futuro” (GREFF; CABRERA, 2018, p. 64).

Tentaram silenciá-la, mas a memória fez questão de trazer o novo, uma desregulação dos discursos pré-estabilizados, contados pelos mesmos atores sociais, que tiveram que ouvir a voz que ressoava da favela. Isso ocorreu porque o jornalista, Audálio Dantas, oportunizou que a voz de uma mulher negra da favela fosse ouvida mundialmente, diferente dos autores consagrados da época, pertencentes ao cânone literário, literatura que não abria espaço para o discurso de uma mulher, sobretudo, negra e moradora da favela.

Desse modo compreendemos que o jogo de força da regulação abrangeria a paráfrase (o mesmo no discurso), já a desregulação seria a abertura do mesmo, a materialidade da palavra, para a possibilidade de ocorrer o “jogo da metáfora”, “uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, 1999, p. 53).

Nessa perspectiva, a memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, sendo assim, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”

(ORLANDI, 2015, p. 29). A autora salienta que o interdiscurso “disponibiliza dizeres”, ou seja, recupera, através da memória, o “já-dito” no discurso e o “pré-construído”.

De acordo com Orlandi (2015, p. 41), “o interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra”. O sujeito possui relação contínua com a memória e a história, pois uma palavra pode ter vários significados, dependendo da inscrição do sujeito na história. Ela pode estar ligada a vários sentidos dentro do plano ideológico. É essa ideologia que rege o discurso, movimentando os sentidos os quais ressoam a partir de uma memória discursiva presente em uma condição de produção.

O que são pois as condições de produção? Elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental (ORLANDI, 2015, p. 28).

Consideramos que as cidades do sudeste na segunda metade do século XX estavam sendo industrializadas, em São Paulo não foi diferente, sendo assim a obra *Quarto de Despejo* rompe com uma memória já construída, de uma metrópole do progresso, em que a situação econômica era promissora. Os pobres, migrantes e negros não se encaixavam no padrão da sociedade capitalista, assim seus destinos eram as favelas, neste lugar os detentores do poder mantinham os menos favorecidos e tentavam silenciá-los, mas isso não aconteceu, as representações da posição-sujeito mostram um rompimento dos paradigmas de que a mulher negra não tinha voz, no momento em que os sentidos são produzidos.

A memória está relacionada às condições de produção, Orlandi (2015, p. 28) nomeia como “circunstâncias da enunciação” e aborda os tipos de contextos em que ela ocorrem, que pode ser no imediato ou amplo.

O primeiro (contexto imediato) considera a circunstância da enunciação. Essas situações reforçam que há um jogo de sentidos que são mobilizados a partir de uma palavra/enunciado, que já possui significação própria e que é passível de outra significação, possibilitando vários sentidos. Isso porque a língua é heterogênea, pode sofrer mudanças nos modos de dizer, dependendo do momento histórico e das condições de produção.

Já o segundo (contexto amplo), “derivam da forma de nossa sociedade, com suas Instituições, entre elas a Universidade, no modo como elege representantes,

como organiza o poder, distribuindo posições de mando e obediência” (ORLANDI, 2015, p. 29).

Dessa forma, esses contextos nos ajudam a compreender o discurso de uma autora que relatou diariamente acontecimentos, sonhos, desejos e desabafos escritos na favela, muitas vezes, em seu pequeno barraco. O modo como a memória se (re)significa possibilita as várias formas de dizer. Portanto, uma nova designação não apaga uma memória, podemos pensar o fato de Carolina ser uma escritora, reconhecida mundialmente, não apagar a circunstância de ser catadora de papel (memória que ressoa ainda nos discursos midiáticos), então, os enunciados retornam trazendo novas significações. Como aponta Petri (2010, p. 80), “a produção dos sentidos não está vinculada ao que é politicamente correto, mas sim a uma memória que promove o retorno dos enunciados semanticamente estabilizados”. Aquilo que era considerado estabilizado e fixo é passível de desconstrução, pois a memória promove o retorno de novos sentidos a qualquer momento, eles podem trazer o mesmo ou o diferente.

Assim, “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa em ‘nossas’ palavras” (ORLANDI, 2015, p. 30). O sujeito não é dono do dizer, pois pode repetir o que foi dito assim como dizer algo novo, a partir do que foi dito, nesse âmbito, interpretamos sua “falsa” origem do dizer. Desse modo, precisamos considerar que “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2015, p. 31). Pêcheux (2014) nos apresenta a noção de Formações Imaginárias como aquelas que permitem a efetivação das relações sociais e que têm seu funcionamento garantido no discurso, “enquanto um lugar onde se constituem as relações entre a situação (histórico-social) e a posição (ideológica) do sujeito, produzindo determinados efeitos de sentido e silenciando outros” (PETRI, 2004, p. 120, *grifos do autor*).

Então, é no discurso que essas relações se efetivam para um sujeito discursivo. Segundo Orlandi (2015, p. 38), os sujeitos físicos e os lugares empíricos que eles ocupam na sociedade não funcionam no discurso, porque “são essas projeções que permitem passar das situações empíricas” para “as posições dos sujeitos no discurso”. A autora afirma que temos o “mecanismo imaginário” no discurso, em que ele produz a imagem dos sujeitos:

Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), mas também da posição de sujeito interlocutor (quem é ele para que fale assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?) (ORLANDI, 2015, p. 38).

Assim, a autora discorre que é todo um jogo imaginário que preside nessa troca, no processo de antecipação das palavras, isso fica complexo, principalmente quando pensamos na imagem que o locutor faz do interlocutor e a que este faz dele, e assim sucessivamente. Então, de certa forma, essas imagens são determinadas pelas “relações de força” (ORLANDI, 2015, p. 37), podemos dizer que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Essas relações de força fazem parte das formações imaginárias: “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997b, p. 83).

O autor menciona que é a imagem que um sujeito tem do outro, como se fosse uma projeção, que estabelece as relações entre as situações e as posições, assim entendemos que todo o processo discursivo depende do funcionamento das formações imaginárias. Transcrevemos na sequência o quadro de Pêcheux, em que é possível compreender as relações imaginárias do sujeito A para o B e vice-versa.

FIGURA 7 – Formações imaginárias

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Fonte: Pêcheux (1997b, p. 83).

A partir desse quadro, podemos compreender que as relações imaginárias são da ordem do inconsciente e afetadas pelo funcionamento ideológico, logo se materializam no momento em que o sujeito assume uma posição no discurso. Então essas relações são produzidas por meio de imagens e projeções. No discurso literário da obra *Quarto de despejo*, identificamos algumas projeções no modo como RPS1 é vista pelo outro no discurso:

SD25 - Saí pensando na minha vida infausta. Já faz duas semanas que eu não lavo roupa por falta de sabão. As camas estão sujas que até dá nojo. ...Não fiquei revoltada com a observação do homem desconhecido referindo-se a minha sujeira. Creio que devo andar com um cartas (sic) nas costas: *Se estou suja é porque não tenho sabão* (JESUS, 2014, p. 98).

O imaginário da mulher representado pelo homem é de uma mulher que não cuida da sua higiene, porém por condições econômicas ela não conseguiu comprar sabão, o que causou um estranhamento no discurso. As imagens e projeções fazem com que haja um questionamento por parte do sujeito nas suas formações

discursivas. Essas projeções apontam para um julgamento por parte do outro sobre a mulher negra e como ela deve se portar, o fato de não ter sabão causa um desconforto na RPS1 que sente a necessidade de justificar, através de um “cartas(sic)”, o motivo de estar suja, para não ser alvo de indagações.

Os dizeres são regulados pelas formações imaginárias (PÊCHEUX, 2014) nas quais os sujeitos estão inscritos. É pelas formações imaginárias que as relações sociais se efetivam, conforme podemos observar a partir de projeções dos interlocutores na RPS3:

SD26 - ...Eu estava chingando (sic) o senhor Manoel quando ele chegou. Deu-me boa noite. Disse-lhe:

—Eu estava te chingando (sic). O senhor ouviu?

—Não ouvi.

—Eu estava dizendo aos filhos que eu desejava ser preta.

—E você não é preta?

—Eu sou. Mas eu queria ser destas negras escandalosas para bater e rasgar as tuas roupas (JESUS, 2014, p. 135).

Observamos na SD acima o senhor Manoel afirmou que RPS3 era preta, porém esta questionou dizendo que não bastava ser preta, mas também das “negras escandalosas”, como ser preta, realmente, fosse ser “escandalosa”. Podemos observar como a mulher negra vê o outro, como vê a si mesma e como acredita que o outro a vê. É pelos dizeres que os interlocutores tentam partilhar saberes e identificar a quem cada um se refere. Orlandi (1998, p. 9) explicita que “ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos”, em que parte do já dito para a produção de sentidos. Então para que ocorra o dizer é preciso que haja um sentido que ressoa de algum lugar na história e na memória discursiva, advindo através da ideologia e do inconsciente. Assim os sentidos não aparecem sozinhos, quando proferimos uma palavra ela não é nova, o sentido já estava em algum lugar, visto que “quando se fala, mobiliza-se, pois, um saber que, no entanto, não se aprende, que vem por filiação e que nos dá a impressão de ter sempre estado ‘lá” (ORLANDI, 1998, p. 10).

Por isso, temos a ilusão de o que dizemos é sempre novo, que não foi repetido anteriormente, ao contrário, quando estamos trabalhando com sentidos entramos para uma teia de significação que são as palavras, logo elas estão ligadas uma as outras, tanto que ao mobilizar uma estabelecemos filiação com as outras para produção de significado. Isso decorre do fato de que os sentidos não surgem sozinhos.

“O autor é o princípio do agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações, o que o coloca como responsável pelo texto que produz” (ORLANDI, 1998, p. 13). A autora traz essa reflexão para afirmar que a noção de autor decorre da função sujeito, só que possui suas especificidades, sendo responsável pelos sentidos e pela organização do texto. O autor é responsável por formular, através da interpretação, possíveis sentidos que decorrem de uma repetição, algo que já foi dito (interdiscurso), assim ocorre um jogo do simbólico, em que é necessário resgatar a história e a memória para a produção de sentidos no discurso, salientando que é a partir da repetição que o autor fará sua interpretação e produzirá sentidos outros.

Esse jogo do simbólico pode trazer o mesmo (repetição) e o diferente (produção a partir do já dito), por isso Orlandi (1998) denomina essa contradição de estruturas funcionamentos em que uma noção não existe sem a outra e possibilita as várias significações no discurso. O interdiscurso tem um papel fundamental, que faz com que funcionem as estruturas, é explicitado como “aquilo que, da situação, significa é já determinado pelo trabalho da memória, pelo saber discursivo, ou seja, aquilo que já faz sentido em nós” (ORLANDI, 1998, p. 15). Desse modo, para que haja identificação do sujeito com o mesmo e o diferente e as produções de sentido a partir disso, o interdiscurso é posto em funcionamento.

Essa nova significação/repetição é do campo da paráfrase e da polissemia, pois cada uma é considerada como eixo que estrutura o funcionamento da linguagem, a primeira retoma, através da memória, um mesmo significado e uma mesma interpretação, já a segunda cria um significado diferente, ou seja, novas possibilidades de interpretação. Teremos assim:

A. O Mesmo: apesar da variedade da situação e dos locutores, há um retorno ao mesmo espaço dizível (Paráfrase);
O Diferente: nas mesmas condições de produção imediatas (locutores e situação) há, no entanto, um deslocamento, um deslizamento de sentidos (Polissemia) (ORLANDI, 1998, p. 15).

A autora ainda afirma que os sujeitos se movimentam e (se) significam nesse jogo entre o mesmo (paráfrase) e o diferente (polissemia), ou seja, entre o já dito e o que se tem a dizer. O movimento de paráfrase retoma uma memória, a historicidade faz o movimento do “já dito”, uma mesma significação transposta no discurso de vários locutores em diversas condições de produção. Já a polissemia possibilita a transformação de uma memória e história, a partir da retomada destas, ela cria um novo significado, ou seja, o importante é o que se tem a dizer, trazendo novas possibilidades de interpretação.

De acordo com Orlandi (1998, p. 15), a relação entre paráfrase e polissemia é “contraditória porque não há um sem o outro, isto é, essa é uma diferença necessária e constitutiva”. Ambos não são discursos em si, mas sim conceitos que podem estar presentes em qualquer discurso, inclusive na forma-sujeito. A autora traz um exemplo de sentidos tomando as condições de produção como uma situação imediata ou a circunstância da enunciação, para discorrer sobre a contradição:

a. As mesmas palavras com o mesmo sentido em relação a diferentes locutores; b. As mesmas palavras com o mesmo sentido em relação a diferentes situações; c. Palavras diferentes com o mesmo sentido em relação a diferentes locutores e d. Palavras diferentes com o mesmo sentido em relação a diferentes situações. O mesmo sentido podendo aí ser substituído por “diferentes” sentidos em a, b, c, d, temos a variável polissêmica a', b', c', d' ao esquema de paráfrase que acabamos de colocar (ORLANDI, 1998, p. 15).

Partindo desse esquema, a autora defende a incidência da memória, do interdiscurso nesses enunciados, pois é algo que já faz sentido em nós, já significa. Então, “aquilo, que, da situação, significa é já determinado pelo trabalho da memória, pelo saber discursivo, ou seja, aquilo que já faz sentido em nós” (ORLANDI, 1998, p. 15). A memória recupera os dizeres e traz novos sentidos por meio do discurso, por isso que o que falamos não é novo, mas sim repetição do que foi dito anteriormente, podendo assumir vários significados, dependendo do nosso gesto de interpretação.

Essas noções são relevantes para compreendermos o novo e o diferente no discurso literário recuperados a partir da memória, “Carolina Maria de Jesus rompe com valores e comportamentos esperados de uma mulher no final da década de

1950” (TEIXEIRA; HORST; COSTA, 2018, p. 135), sendo que não segue o modelo imposto em sua criação, de que a mulher teria que ter um casamento bom, cuidar dos filhos e das atividades do lar, deixando de lado outros afazeres. Ela passa a ser representada como mãe solteira, catadora de papel, provedora do lar e que não pensa em casamento, é uma mulher forte que acredita ser capaz de conquistar o mundo e ter a sua tão sonhada casa de alvenaria. Eis o sujeito múltiplo, dividido, incompleto. É da representação da posição de escritora que ela produz um efeito de unidade, formulando suas questões na textualidade da literatura.

A partir desse ponto de vista da autora, ao falar, entendemos que o sujeito utiliza determinados termos para construir seu dizer, no entanto, poderia dizê-lo de outra forma, com outras palavras. Este espaço entre o que é dito e o que poderia ser dito, mas não é despertou em nós o interesse pelas relações entre a palavra e o silêncio, entendendo que é nesse espaço, também, que os sentidos se constituem. Assim sendo, o conceito de silêncio torna-se uma necessidade em nossa pesquisa, visto que a obra literária em análise é um discurso, materialidade construída no movimento entre o dizer e o não dizer. Por isso, acreditamos que é necessário investigar como ocorre o silenciamento, o dito e o que não foi dito e/ou simbolizado nas vozes das mulheres personagens/sujeitos e sobre elas.

5 ENTRE DIZER E CALAR: A MULHER NEGRA SIGNIFICA

FIGURA 8 – Carolina escrevendo



Fonte: Arquivo *O Cruzeiro/EM*. Brasil – 7/04/1971. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2021/08/16/interna_cultura,1296129/carolina-de-jesus-ao-lado-de-grandes-nomes-da-literatura-brasileira.shtml

O ato de escrever torna-se, para Carolina, um possível ato-liberdade que se converte em narrativa. Ela desloca-se entre o silêncio e o esquecimento; passa a relatar suas próprias experiências tecendo uma escritura que reverbera a sua diferença e alteridade, organizando discursivamente outro imaginário para as mulheres negras, resgatando memórias e histórias silenciadas (TEIXEIRA; HORST; COSTA, 2018, p. 135).

O silêncio passa a fazer parte do convívio social, ele pode indicar discrição, observação profunda, privação voluntária ou não, ausência de sons, entre outros sentidos possíveis, mas esse silêncio não é vazio de significados: ele significa o tempo inteiro, ele constitui a narrativa. De fato, nos interessa refletir sobre esse silêncio e seus desdobramentos.

Por vezes, o silêncio fica atrelado a algo negativo, que rotula o sujeito como alguém que não produz significados no discurso. Não vamos nos ater a esse senso comum do silêncio, porque acreditamos no silêncio que significa e é passível de interpretação. Como explicita Orlandi (2007, p. 66), “o silêncio foi frequentemente

concebido de forma relativa-negativa, significando por sua dependência das palavras, apenas como contrapartida do dito, tendo uma função ancilar ao dizer”.

A autora salienta, inclusive, que o silêncio não é definido em relação ao som, mas sim ao que ele significa e traz de sentidos. Assim, ela traz uma visão positiva do silêncio como aquele que apreende significações a partir do não-dito “que não foram ainda exploradas e fazem parte do que consideramos como silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 66). Podemos entender que o silêncio não é consentir, mas sim produzir sentidos, inclusive o sentido de discordância, o que nos faz refletir sobre o conceito de silêncio em AD e sua significação, ele ecoa e precisa ser ouvido.

Orlandi (2007, p. 14) aponta “o silêncio como fundante”, pois é a partir dele que o sentido pode ser outro, assim ocorre o jogo das palavras entre o mesmo e o diferente, o dito e o não dito, enfatizando a incompletude da linguagem, em que o não dizer é passível de significação. As palavras são, assim, ligadas ao silêncio sendo que muitas coisas deixam de ser ditas, mas significam dentro de uma FD. Sendo assim, o silenciamento movimenta sentidos no discurso, visto que é preciso partir do não dito para entender o dito, essas contradições formam diversos modos de significação. O silêncio significa.

Essas contradições são constitutivas para a produção de sentidos no discurso, pois para dizer precisamos partir do silêncio, então ele existe por si só e é inscrito em uma FD, não seria um complemento dos processos discursivos. Como discorre Orlandi (2007, p. 23), “fundador não significa aqui ‘originário’, nem o lugar do sentido absoluto”, quando entendemos o silêncio como fundador, não podemos apagar os outros sentidos que decorrem desse lugar e considerar somente o silêncio como único, originário, mas entender que a partir desse conceito, produzimos um deslocamento no discurso e mobilizamos sentidos, porque quando falamos em discurso precisamos estabelecer relações com o que já foi dito ou não dito, o evidente e o não evidente.

Conforme Orlandi (1995), o silêncio possui significação própria e é a garantia do movimento de sentidos, pois ele é a possibilidade para o sujeito trabalhar sua contradição constitutiva, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixa ver que todo discurso se remete a outro discurso, o que lhe dá realidade significativa.

Dessa forma, existem duas categorias de silêncio:

Por isso distinguimos entre a) silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, e significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar b) a política do silêncio que subdivide-se em b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente “as outras” palavras); b2) o silêncio local, que refere-se à censura (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura) (ORLANDI, 1995, p. 24).

Então, trabalharemos duas formas de silêncio que podem se subdividir em a e b, em que a primeira diz respeito ao silêncio fundador e a segunda está relacionada com a política do silêncio, esta última se subdivide em silêncio constitutivo (b1) e silêncio local (b2).

A autora afirma que o silêncio fundante (a) traz à significação uma relação necessária com o silêncio, pois sem este não há sentido. Para isso, partimos do que Orlandi (2007) traz sobre o silêncio fundador ou fundante, em que não é vazio de sentidos, mas sim é uma condição para que haja sentidos, ele é o princípio da significação. A autora explicita que:

Assim, em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que essa relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente. Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando (ORLANDI, 2007, p. 69).

Quando o silêncio surge e se reinstaura na fala, identificamos o funcionamento do não dito e a possibilidade do dizer por meio do diferente, dos processos polissêmicos, pois podemos atribuir um novo sentido ao que ainda não foi dito. Pensamos o silêncio como história, não no sentido do som, mas de um lugar passível de significação. “O sentido é múltiplo porque o silêncio é constitutivo. A falha e o possível estão no mesmo lugar, e são função do silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 71). Logo é uma noção que faz parte das relações humanas e faz parte do sujeito.

Por conseguinte, há uma declinação política do silêncio, silêncio constitutivo (b1), que é uma forma de não calar, mas dizer uma coisa para não dizer “outras”, tendo em vista que o silêncio é um recorte do dizer. Junto com o silêncio constitutivo, temos o local (b2), que é a manifestação mais visível desta política: a da interdição do dizer, aquilo que é proibido, censura.

Na política do silêncio (b), quando dizemos algo, automaticamente, apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação no discurso. A política

do silêncio surge a partir do silêncio fundador, só que nesta ao dizermos algo, apagamos outros sentidos possíveis. Com isso,

A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo (ORLANDI, 2007, p. 73).

Por conseguinte, a autora vai seguir explicitando sobre a política do silêncio, trazendo o silêncio constitutivo (b1) que se instala na ordem de produção dos sentidos e se apresenta como um efeito no discurso que se surge no antiimplícito em que “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito” (ORLANDI, 2007, p. 73). Assim, apagam-se os sentidos com o intuito de evitá-los, estes poderiam deslocar vários significados por meio das formações discursivas.

Podemos entender que essa forma de silêncio traz uma nova denominação, muitas vezes, a fim de apagar um fato que ocorreu, apagar uma memória, porém entendemos que uma nova designação não consegue apagar uma memória, seu sentido está sempre ali, e retorna no interior de uma formação discursiva por meio do interdiscurso.

Assim, explicitamos o retorno da memória e da história quando trabalhamos com silêncio. Um artigo que traz essas questões tem por título “De ‘Garganta do Diabo’ para ‘Ponte sobre o Vale do Menino Deus’: reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público”⁸, poderíamos incluir no subcapítulo de memória, mas trouxemos aqui essa reflexão sobre o texto que surgiu a partir da escrita sobre o silêncio. Então, este artigo traz uma reflexão sobre as formas de nomear um espaço público pelo viés discursivo, considerando a presença da história e da memória como produtoras de sentido.

O artigo trata sobre um viaduto, próximo a região de Santa Maria, que possuía o nome de “Garganta do Diabo” por ser uma região montanhosa de difícil ocupação, ponto turístico bastante fotografado, mas que foi considerado palco de muitos suicídios na região, mas que por decisão de uma parte da população, a alteração do nome foi solicitada para “Ponte sobre o Vale do Menino Deus”, nome aprovado pelas autoridades.

8 Artigo produzido pela Prof.^a Dr.^a Verli Fátima Petri da Silveira, que traz conceitos sobre história e memória, explicitando que uma nova designação não apaga os sentidos de outra, porque eles estão imbricados na memória social.

Logo, observamos os sentidos mobilizados e o silêncio presente, no sentido dessa nova designação tentar apagar uma memória social dotada de significados, para atrelar os sentidos, deslocá-los para um viés religioso que de certa forma “apagaria” os sentidos anteriores. Mas, isso não ocorre, eles apenas foram silenciados pela política do silêncio constitutiva.

Na política do silêncio, também temos o silêncio local (b2), a censura, atrelado ao constitutivo. Assim, Orlandi (2007, p. 75) salienta que se trata da produção do “interdito, do proibido”. A autora elege a censura como objeto de reflexão e a considera em sua “materialidade lingüística e histórica”, ligada a discursividade. Ademais, ela aponta que a censura funciona ao lado da opressão, pois há uma proibição de palavras que omitem certos sentidos, logo as posições do sujeito ficam comprometidas, pois não se pode ocupar uma determinada posição devido à censura. “A censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação” (ORLANDI, 2007, p. 76).

Compreendemos que a censura compromete as posições sujeito e o modo como ele é inscrito em uma formação discursiva, isso altera os processos de identificação, pois o sujeito passa a ser “impedido” de produzir sentidos no discurso devido à opressão/censura, assim as palavras mudam de sentidos. Tudo isso só reforça a incompletude do sujeito perante a ilusão do dizer. Segundo Orlandi (2007), trabalhar com o silêncio é buscar entender noções complexas. Entendemos que quando estamos tratando de sujeito, logo entendemos a complexidade da linguagem, esse lugar de desconforto, tensão, em que a contradição é constitutiva.

Justamente pelo fato de não termos na AD um “sujeito - absoluto” nem “auto-suficiente” como denomina Orlandi (2007, p. 78), mas sim um sujeito inconcluso, incompleto, que reflete na incompletude da linguagem. Então, “a incompletude é uma propriedade do sujeito (e do sentido), e o desejo de completude é que permite, ao mesmo tempo, o sentimento de identidade [...]” (ORLANDI, 2007, p. 79).

Grantham (2018) pensa a partir desses pressupostos teóricos em AD para analisar os elementos linguísticos no texto, pensando na pontuação como unidade de sentido no processo discurso. Analisar a pontuação a partir da AD é pensar diferente das gramáticas tais como eram postas pelos gramáticos:

Sinais de pontuação como as reticências e a interrogação (e também parênteses, aspas e exclamação) possuíam, por volta do século XVIII, um estatuto diferente daqueles que serviam para estabelecer as pausas ou a necessidade de respirar (tais como vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos e ponto) (GRANTHAM, 2018, p. 6).

A autora afirma que essa noção de pontuação é ainda presente em nossas gramáticas, entretanto partimos para os estudos da linguagem que não se preocupam com regras e sistematicidade, mas sim importa reconhecer o funcionamento da ideologia, história e memória nos processos discursivos que abrangem a pontuação no texto. Orlandi (2001) aponta a pontuação numa perspectiva discursiva, onde considera um elemento de organização em um texto para que seja possível a textualidade, considerando a exterioridade e historicidade.

A opção pela leitura das reticências deve-se ao fato de que acreditamos que as reticências abrem, no discurso, um espaço que, no nosso ponto de vista, é um lugar propício à ação do leitor. Ao sinalizar, explicitamente, um lugar em que o sentido não se completa, o sujeito-autor parece convidar o sujeito-leitor a interferir em seu texto, em seu discurso. É como se o autor dissesse ao leitor: “este é teu espaço”. Ao mesmo tempo, é como se o sujeito-autor ignorasse que o sujeito-leitor pode adentrar nesse discurso por outros pontos, não sinalizados dessa forma (GRANTHAM, 2002, p. 126).

As reticências, por exemplo, são sinais discursivos que instauram no discurso um modo do silêncio que não significa a lacuna nem a falta do dizer, ao contrário, estabelece uma significação, o que indica ao analista uma possibilidade de interpretação um gesto de leitura (GRANTHAM, 2002). A autora aponta que somente o trabalho discursivo da análise e leitura pode relevar as marcas discursivas no texto, as quais sinalizam a ausência e a incompletude de linguagem que podem ser consideradas silêncio repleto de sentidos. “E por serem silêncio e, paradoxalmente, significação, tais sinais de pontuação podem desmembrar-se em direções diversas. Quer dizer: podem significar de forma diferente para sujeitos distintos” (GRANTHAM, 2002, p. 94).

São diferentes formulações do dizer, pois temos sujeitos distintos que podem significar de várias formas no discurso. Lisbôa (2008, p. 110) coaduna com a autora afirmando que a pontuação é “fundamental nas reformulações do dizer”, pois “ao trabalhar os espaços de silêncio na linguagem, possibilita a movência do sujeito e do sentido”. Filiamo-nos a essa perspectiva para refletir sobre os modos de dizer que comparecem na obra *Quarto de Despejo*, pois nos trechos identificamos o uso das

reticências, muitas vezes, marcadas entre parênteses que indicam uma omissão, interrupção/ falta ou interdição do discurso, em que o sujeito está impossibilitado de dizer, de produzir determinados sentidos no momento.

Diante disso, as relações entre fala e escrita são marcadas pelo contraste entre ausência e presença do interlocutor, entre a solidão e participação no ato de produção, inclusive há características ligadas à oralidade que diferem do veículo gráfico, sendo que na fala o emissor dispõe de um arsenal de recursos vocais, gestuais concomitantes com a recepção, já no veículo gráfico (escrita) é destinada uma recepção posterior (NEVES, 2012). Compreendemos os modos de dizer na obra *Quarto de Despejo* através de uma escrita que não segue os padrões normativos da língua, pois é uma linguagem espontânea marcada por pontuações que significam no discurso.

A pontuação é uma materialidade linguística sobre o dizer do narrador, por isso é importante analisarmos o funcionamento discursivo dos sinais dentro do texto, tendo em vista que partimos do exterior para o interior do discurso, considerando os aspectos históricos da língua. Existem sinais gráficos que marcam a ruptura da ordem linear do texto, então:

O travessão, o parêntese e a interrogação, vistos discursivamente, constituem formas de ruptura da linearidade do texto. Tais rupturas, cortes que aparecem no fio discursivo do narrador, apontam para uma incompletude constituinte desse dizer. As incisivas, sinalizadas por travessão e por parênteses, assim como a interrogação, mostram na língua, a tentativa malograda do narrador de tamponar a incompletude de seu dizer (SILVA, 2011, p. 52-53).

Entendemos que esses sinais marcam que o dizer não é completo, que há uma tentativa de ressaltar essa incompletude que nos leva a possibilidades de sentidos, como o negar, silenciar por meio das interrupções. Na linguagem escrita, os fenômenos conversacionais nascem por via da reprodução e simulação a partir da língua falada, por esse motivo precisam ser pensados estrategicamente, sendo que os gestos, olhares, risos e até mesmo os silêncios precisam ser marcados, sugeridos, narrados, pois eles compõem a cena (NEVES, 2012). Nessa perspectiva, trataremos, primeiramente, uma abordagem sobre o sinal de pontuação parêntese, presente em alguns recortes da obra *Quarto de Despejo*, tendo em vista que ele, o travessão e a interrogação “são marca de um dizer marcado pelo não-um, por aquilo que é da ordem da heterogeneidade” (SILVA, 2011, p. 53). A autora salienta, em

seus estudos sobre “A pontuação da incompletude em *A hora da estrela*”⁹, que o narrador irá se relacionar com o não-um posicionando-se como um narrador onipotente, impotente ou vacilante em alguns momentos.

Com isso, o parêntese pode funcionar de várias formas, em alguns momentos, como glosas de interdição que apresenta reflexividade, sendo que o narrador busca conter o NÃO-UM do seu dizer, mostrando retratos de personagens para o leitor, inclusive pode funcionar como suspensão do dizer em que “o narrador se posiciona como um ser vacilante, que tem medo, que se divide entre o poder narrar e o não dar conta de narrar” (SILVA, 2011, p. 54). O parêntese significa de várias formas no discurso, cabe ao analista identificá-las por meio das pistas linguísticas e não linguísticas, o que está dito e não dito no discurso. Neves (2012, p. 86) aponta que:

A verdade é que, na língua escrita, o parêntese tanto pode representar a informalidade da linguagem falada (especialmente nos diálogos) como pode evidenciar cuidado de elaboração e marcar estilo, ou ainda, as duas coisas ao mesmo tempo [...].

Então, o parêntese pode representar a linguagem informal, marcar estilo ou ambos, tanto que “de acordo com uma leitura gramatical, os parênteses, por exemplo, são elementos acessórios e secundários, da ordem da ornamentação” (SILVA, 2011, p. 53). Há um confronto entre fala e escrita, precisamos observar às marcas gráficas que indicam um parêntese discursivo, na linguagem falada a sinalização é técnica, não tem nenhuma análise, pois seria apenas um registro gráfico realizado por uma transcrição, já na discursiva indica à presença frequente ou ausência do documentador. Neves (2012, p. 88) ainda afirma que:

A presença de três pontinhos (...), que muitas vezes delimita um parêntese, é, na essência, marca de “pausa”, nas normas de transcrição do NURC. Ou seja, a existência, ou não, dessa marca gráfica refere-se exclusivamente à presença (muito frequente) ou à ausência (pouco frequente, e mais ocorrente na fala do documentador, não dos informantes), de uma pausa oral que porventura exista na(s) fronteira(s) de cada parêntese.

A presença da pontuação marca a ausência da fala do documentador ou a pausa oral. O parêntese discursivo indica uma transmissão oral que aciona no texto, por meio dele poderemos examinar um gênero de expressão escrita (NEVES, 2012).

⁹ Esse trabalho apresenta uma análise dos três sinais de pontuação: travessão, parêntese e interrogação no texto *A hora da estrela*, de Clarice Lispector.

Destacamos que, em alguns momentos, a autora usa as reticências (entre parênteses) após uma pontuação, sinalizando a incompletude do seu dizer. Por exemplo, em:

SD27 - [...] Não havia papel nas ruas. Passei no Frigorífico (sic). Havia jogado muitas linguças no lixo. Separei as que não estavam estragadas. (...) Eu não quero enfraquecer e não posso comprar. E tenho um apetite de Leão. Então recorro ao lixo (JESUS, 2014, p. 93).

SD28 - Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amavel (sic)! Se eu soubesse que ele era tão amavel (sic), eu teria ido na delegacia na primeira intimação. (...) o tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem (sic) mais possibilidades de delinquir do que se tornam util (sic) a patria (sic) e ao país (JESUS, 2014, p. 29).

SD29 - Aqui, todas imprecam (sic) comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens. (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo (JESUS, 2014, p. 22).

O uso desses sinais marca a falta no discurso, que caracteriza que nossa análise precisa se basear no plano discursivo, tendo em vista as lacunas. Na (SD27), explicitamos uma omissão, em que as reticências entre parênteses, nos transmitem a ideia de que alguém estaria censurando o seu gesto, que pode indicar alguma categoria do silêncio em funcionamento, tal como o silêncio local da censura como foi proposto por Orlandi (2012), o interditar, o silenciar em que a RPS1 está impedida de falar nessa conjuntura. Para entender as questões relativas ao silêncio, é necessário analisar o discurso produzido, sendo que Carolina recorreu ao lixo para se alimentar, pois se sentia fraca.

Na (SD28) há uma marca da ausência “(...) o tenente interessou-se” que marca uma supressão que indica uma omissão por parte da RPS1, em que ela silencia seu dizer, pois cabe a reflexão que está propondo no momento. O parêntese retoma a ideia do NÃO-UM do seu dizer (SILVA, 2011), em que a voz do outro é evidenciada e a sua fica omissa.

Na (SD29), identificamos uma RPS2 que está “nervosa” por não conseguir

escrever que marca um momento de pausa e um silêncio que marca um “narrador vacilante” (SILVA, 2011, 54) que tem medo de falar, seja por censura (silêncio local) ou por não dar conta de narrar a situação.

A partir da incompletude do discurso, verificamos as arestas possíveis para os gestos de interpretação realizados no momento que adentramos os discursos, pois a pontuação significa e pode indicar uma forma de silêncio. Ademais a pontuação marca um espaço de tempo RPS2 entre os pensamentos que geraram a insônia e a decisão de escrever:

SD30 - Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias (sic) que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (JESUS, 2014, p. 58).

Na (SD30) há um espaço de tempo marcado pelos parênteses e reticências entre “quando a gente perde o sono” e “deixei o leito para escrever” os pensamentos que geraram a insônia e a decisão de escrever, sentidos marcados pela pontuação no discurso. Assim a RPS2 permeia entre fantasia e realidade, “contemplo as flores de todas as qualidades” (...). “E preciso sair desse ambiente de fantasia”, o que aponta para um discurso que marca a transição da fantasia para a realidade.

Os sinais de pontuação indicam tanto uma omissão da RPS1 no discurso como um indicativo de pausa, assim como a RPS2 marcada pelo medo de dizer que estaria ligado à censura (silêncio local), o que traz à baila os silêncios como significantes no discurso. Explicitamos também na RPS2, quando alterna entre ficção e realidade, a dualidade do discurso, marcada pela formação discursiva de um sujeito que deseja sair da favela por meio da fantasia, criando ambientes no inconsciente, o misto do real x imaginário. Os movimentos de sentidos que compõe a análise da pontuação nos permitem refletir sobre a incompletude do sujeito e a falta do dizer que surge como um espaço de produção de sentidos. Entendemos o funcionamento do parêntese e das reticências do modo gramatical, mas salientamos que nossa análise foi realizada através dos aspectos discursivos, o que possibilitou

uma movência de sentidos e significados. As diferentes RPS apontam para um discurso que não se finda, mas que significa nas entrelinhas do dizer e nas suas relações com a exterioridade constitutiva.

6 A FOME TAMBÉM É “PROFESSORA”¹⁰: FUNCIONAMENTO DO SIMBÓLICO

FIGURA 9 – Carolina é referência para outras escritoras



Fonte: Audalio Dantas/O Cruzeiro/EM. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2021/05/14/interna_pensar,1266453/carolina-de-jesus-e-referencia-para-jovens-escritoras-brasileiras.shtml

Concebemos o discurso literário como aquele que traz à tona uma pluralidade de representações e efeitos de sentidos, mas que não tem o compromisso de reproduzir fielmente uma realidade social intitulada como tal, reservando-se o direito de trabalhar apenas no âmbito das representações que se produzem a partir do que se instituiu como referencial (PETRI, 2004, p. 25).

Ao abordar o discurso literário, constituído da epígrafe, entendemos que estamos no âmbito da representação, por isso teremos como base algumas categorias de análise explicitadas por Petri (2004), que nos conduz a uma análise das representações das formas de subjetivação das posições-sujeito do gaúcho no discurso literário, em que aborda o uso do pronome “eu” que ela intitula na análise como a Representação da Posição Sujeito I (RPS1), e o uso do pronome “ele” que se trata da Representação da Posição Sujeito II (RPS2). Em que o primeiro é representado pelo personagem Blau Nunes (João Simões Lopes Neto) e o segundo por Guedes (Cyro Martins).

¹⁰ Termo retirado do diário de Carolina “... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora” (JESUS, 2014, p. 29).

Isso ocorre na tese intitulada: “Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins”, Petri (2004) analisa o mito na obra Conto Gauchescos e o não mito em Porteira Fechada, no modo como se constrói a imagem do “gaúcho” nessas narrativas, para isso desconstrói esses discursos na medida em que mobiliza conceitos em AD como: subjetivação do sujeito, posição-sujeito, formações imaginárias, dentre outros. Em que parte da evidência para a não-evidência, o que possibilita a construção de diferentes imagens do gaúcho a partir de uma perspectiva discursiva.

Sob uma perspectiva discursiva, trouxemos a obra *Quarto de despejo* da autora Carolina Maria de Jesus, a fim de verificar no interior do discurso sua representação no espaço ficcional que se insere na narrativa, para isso precisamos considerar os elementos linguísticos e não linguísticos. Explicitamos os sentidos produzidos no mundo ficcional e no social, considerando os processos exteriores à língua. Assim, Petri (2004) explicita que não devemos entrar na ordem da evidência, mas sim entender os sentidos não evidentes no discurso, porque mesmo quando um sujeito é designado como “eu” ele se constitui como uma forma de representação no discurso literário, não como alguém que tem uma posição e pode subjetivar-se no discurso.

Assim, ela é representada de um lugar ficcional (pelo autor), em que é possível ter uma designação diferente da história, o que produz essa “dessemelhança”, como a autora cita, afastando-se do discurso histórico, deste modo traz o novo no imaginário social sobre a mulher negra, moradora da favela do Canindé em São Paulo.

FIGURA 10 – Carolina Maria de Jesus



Fonte: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2019/03/quem-foi-carolina-maria-de-jesus-que-completaria-105-anos-em-marco.html>

Essa imagem faz parte do imaginário social da objetivação, da representação de uma mulher negra em pleno século XX que luta diariamente pela sobrevivência, entretanto no interior do discurso e nos processos de subjetivação, entendemos a representação de um sujeito “eu” que é inserido em formações discursivas e produz sentidos a partir delas.

Desta maneira, ela nos transporta a caminhos possíveis de análise literária, em que considera a subjetivação das posições-sujeito, mas aponta, também, para o apagamento de sentidos e para o não evidente no discurso literário, considerando a história e a memória como formadoras desses discursos “sobre” o gaúcho.

Essas categorias de representação possibilitam uma organização da análise da posição-sujeito no discurso e auxiliam em uma análise categórica do sujeito.

Assim, temos que observar as duas formas de subjetivação que são representadas no espaço discursivo em análise: a primeira, na qual o sujeito é dito “eu”, produzindo determinados efeitos de sentido; e a segunda, na qual o sujeito é dito “ele”, produzindo efeitos outros no discurso (PETRI, 2004, p. 239).

Através dessas categorias de representação, Petri (2004) nos possibilita um olhar do visto no discurso (objetivação) e do não visto (subjetivação), em que é

possível analisar por meio das pistas linguísticas e das não-linguísticas no discurso literário, e construir sentidos a partir disso. Assim, podemos entrar no lugar da não evidência e tentar desconstruir esses sentidos mobilizados por essas dicotomias. Compreendemos que a autora desconstrói esse efeito de evidência e nos faz percorrer outros sentidos possíveis no discurso, que se dá na relação do mundo social com o mundo ficcional em que a história e a memória se fazem presentes para mobilizar esses efeitos de sentidos.

Com isso, encontramos caminhos de análises das posições-sujeito no discurso literário, não só focando na subjetividade do sujeito, mas sim no apagamento que há por trás do visto, que necessita de uma desconstrução, o não evidente, para a produção de sentidos.

Destacamos que essa categoria de análise faz referência aos ditos e não ditos no discurso, pois ao dizermos algo, silenciemos outros dizeres que não foram pronunciados. Os sentidos silenciados podem surgir através do discurso por meio da memória discursiva e da ideologia. O não dito traz uma teia de significações que podem ser reproduzidas no modo como um sujeito é representado, em uma obra literária, por exemplo.

Os sujeitos sempre produzirão sentidos, seja por meio de palavras, ou, até mesmo, sem elas, pois diante do mundo, há a interpretação, há a necessidade de que tudo faça sentido, uma vez que a constituição do homem se dá por meio da sua relação com o simbólico (TEIXEIRA, 2017, p. 55).

O autor aponta que no momento que temos sujeitos e discursos há uma produção de sentidos e uma relação com o simbólico. Assim, analisaremos os modos de silêncio por meio de algumas categorias analíticas, tal como foram propostas por Orlandi (2007), inclusive os processos analíticos no discurso “de” e discurso “sobre” materializados na/pela língua, analisando as representações do sujeito e os modos de silenciamento no discurso (ORLANDI, 1995). “A ordem simbólica, configurada pelo real da língua e pelo real da história, faz com que tudo não possa ser dito e, por outro lado, haja em todo dizer uma parte inacessível ao próprio sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 63).

Através dessa reflexão podemos entender que o lugar de interpretação, seja um texto ou um discurso permite que a ideologia e o inconsciente mobilizem sentidos, a língua é o lugar onde essas noções são materializadas. Temos a parte

acessível ao sujeito e a não acessível, assim vamos compreender que a interpretação ocorre de duas formas: “a) tanto como parte da atividade do analista, como b) enquanto parte da atividade linguageira do sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 63).

A autora aponta que na AD antes da interpretação temos a leitura e a descrição, dois fatores importantes para compreender o sentido, isso acontece porque a linguagem não é transparente, e sim opaca, passível de sentidos outros. O analista tem a necessidade de atribuir significados, explicitar o modo como o simbólico funciona dentro do discurso, entender quais os sentidos que decorrem dele, sem ter uma visão conteudista, fixa, mas relacionando os sentidos à exterioridade do dizer.

A presença da ideologia atesta que o sujeito está condenado à multiplicidade de sentidos no discurso, pois “quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentidos às suas próprias palavras em condições específicas” (ORLANDI, 1996, p. 65). Como se o sentido estivesse nas próprias palavras, desconsidera, assim a exterioridade, as condições de produção e tantos outros aspectos que só podem ser analisados sob um olhar fora do processo discursivo.

Então, entendemos que a interpretação do analista de discurso difere da “atividade linguageira do sujeito”, sendo que o primeiro mobiliza sentidos no interior do discurso, relacionando com o exterior, já o segundo entende que a linguagem estaria “transparente”, como se o sentido já estivesse posto, esclarecido, sem a necessidade de um “olhar de fora”. Sendo assim, “para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha. E com ela o equívoco, a ambigüidade, a opacidade, a espessura material do significante” (ORLANDI, 1996, p. 67). O trabalho do analista de discurso implica não deixar-se seduzir pelos efeitos de evidência produzidos na e pela linguagem, cabe a ele questionar e desconstruir tais efeitos. Para isso, o analista dispõe de ferramentas disponíveis no dispositivo teórico e analítico.

Ao trazer uma visão do analista do discurso, Orlandi aponta que a garantia da interpretação é a memória sob dois aspectos:

- a) a memória institucionalizada, ou seja o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e
- b) a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da

constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo) (ORLANDI, 1996, p. 68).

Logo, a memória institucional que está ligada ao arquivo é fixa, a repetição não acontece. Já na memória constitutiva, onde temos o interdiscurso, ela se movimenta, pois os sentidos podem ser outros, o seu lugar é no âmbito da contradição, da ausência e presença no discurso. Esse movimento de contradição retoma sentidos que podem indicar um discurso que retoma o mesmo (paráfrase) ou o diferente (polissemia), ponto que entra a questão do “repetível” no discurso.

Orlandi (1996), além de trazer a visão do analista, vai explicitar a posição do do autor na discursividade e nos modos que ele movimenta o processo discursivo.

Passamos, assim, da noção de sujeito para a de autor. Se a noção de sujeito recobre não uma forma de subjetividade, mas um lugar, uma posição discursiva (marcada pela sua descontinuidade nas dissenções múltiplas do texto) a noção de autor é já uma noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito (ORLANDI, 1996, p. 69).

Qualquer mudança em um texto diz respeito a diferentes formações discursivas, posições do sujeito, sendo assim uma materialidade que não é original, mas sim uma ficção, onde temos textos dentro de um texto, ambos relevantes para a construção de sentidos (ORLANDI, 2007). A autora explicita que o texto vem da relação com a exterioridade e o sujeito é interpelado pela história. Logo, não é a origem do dizer, mas ele consegue formular, se constituir no enunciado por meio da interpretação e produz uma repetição, via funcionamento do interdiscurso, o que muitas vezes, traz um efeito de pré-construído no discurso, o já dito.

Orlandi (2007, p. 15) aponta que a textualidade vem do que “chamamos de memória histórica (o interdiscurso) e a memória metálica (a informatização dos arquivos)”, um texto produzido a mão e outro no computador são distintos em suas materialidades. Orlandi (1996) aborda uma distinção entre o Outro (interdiscurso) e o outro (interlocutor) que seria o efeito-leitor, em que o autor é determinado pelo seu lugar de interpretação, assim o efeito-leitor representa uma exterioridade ao discurso, constitutiva, que retoma elementos da exterioridade, memória, repetições, entre outras noções. Logo, o autor, em um discurso, tem suas características pré-determinadas para ser considerado como tal.

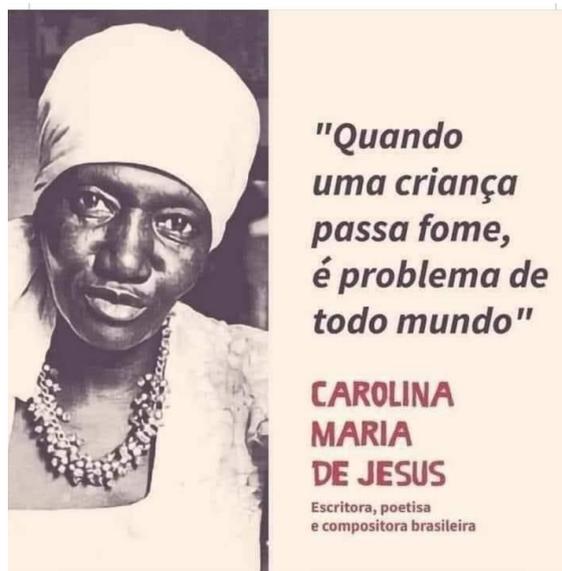
a) De um lado, pelo fato de que não pode dizer coisas que não têm sentido (a sua relação com o Outro, a memória do dizer) e b) deve dizer coisas que tenham um sentido para um interlocutor determinado (o outro, seja ele efetivo ou virtual) (ORLANDI, 1996, p. 75).

O processo de autoria envolve o autor pensar qual será seu interlocutor, a autora afirma que esse processo de escrita entra o modo das formações imaginárias, em que o autor define o que, para quem, assim se confrontam a história do dizer do autor e a história de leituras do leitor. Esse “Outro” (interdiscurso) no discurso seria a possibilidade dos movimentos de sentidos, da contradição, ligado à incompletude da linguagem, que é a partir dele que os sentidos serão passíveis de interpretação por meio da historicidade.

Entendemos que o simbólico ocorre quando a interpretação é regida pelo analista de discurso, pelo o Outro (memória do dizer), porque temos uma “visão de fora”, ligada à exterioridade, que não assume um papel interno. O autor se preocupa em questões “imaginárias” de como imagina seu público e como receberá sua materialidade, mas tem o papel de trazer sentido ao seu texto, para que seja passível de interpretação.

A obra *Quarto de Despejo* mostra a escritora buscando estratégias de sobrevivência, contando o dinheiro quase todos os dias no intuito de comprar alimentos. Quando conseguia comprar arroz, feijão e carne, conforme conta, era um dia de festa, via a felicidade estampada no rosto de cada um de seus filhos. Muitas vezes, não tinha dinheiro para comprar comida, um dia, catando papel em São Paulo, chegou a ter uma tontura e quase desmaiar de fome, em seus escritos relata que “a tontura do álcool nos impede de cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago” (JESUS, 2014, p. 44). A fome, palavra que aparece dezenas de vezes na obra, surge como um símbolo de dor e sofrimento, que motiva a busca por uma qualidade de vida, inclusive a fome é o que instaura o discurso de resistência.

FIGURA 11 – A fome



Fonte:

<https://www.facebook.com/denise.alves.7927/posts/pfbid02WaNoioCsLrPJ3SEakWcUCR2Qsn16apdVVGexNPwbm2uWSyud3mAXYgV2wvmpbzfvI>

A fome faz com que alguns sentidos sejam mobilizados, a maioria dos relatos diários surgem com “estou nervosa”, “fiquei nervosa”, o que remete a situação de preocupação representada nesses significados por conta da falta de alimento atrelada à incerteza de não saber se no dia de amanhã o arroz e o feijão estarão a mesa, como na frase seguinte: “eu ando tão nervosa que estou com medo de ficar louca” (JESUS, 2014, p. 116).

A presença do pronome “eu” através do tempo verbal marca uma tomada de posição do sujeito “estou nervosa”, “fiquei nervosa”, que traz um efeito de sentido de evidência, em que o sujeito está falando por si mesmo. Petri (2004), em seus estudos sobre o discurso literário, aponta o uso dos pronomes “eu” e “ele”, em que um sujeito identifica-se com o seu discurso através do pronome “eu”, porque marca uma tomada de posição no discurso, o que de certa forma faz ele assumir um lugar subjetivo de fala.

A partir disso, ressaltamos que a falta de alimento dificultava a execução das tarefas do dia a dia, às vezes, quando conseguia algo para comerem, seus filhos acabavam pedindo mais, mas ela não tinha. Reflexão que se apresenta neste trecho: “como é horrível (sic) ver um filho comer e perguntar: “¹¹ tem mais? Esta palavra ‘tem mais’ fica oscilando dentro do cérebro (sic) de uma mãe que olha as

11 Na obra não fecha as aspas.

panela e não tem mais (JESUS, 2014, p. 38). Assim, a RPS1 é mobilizada pela fome:

SD31 – ...Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer: — Muito bem, Carolina. Os generos (sic) alimentícios deve ser ao alcance de todos (JESUS, 2014, p. 38).

SD32 – Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amisade (sic) ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o paiz (sic) dos politicos (sic) açambarcadores (JESUS, 2014, p. 39).

A fome é recorrente na obra *Quarto de Despejo* e surge como um símbolo de luta e resistência, sendo que é a partir dela que os sentidos são mobilizados no discurso, tanto que a denúncia contra os políticos se perpetua a partir dessa questão. RPS1 questiona a não evolução do país, salienta que estão retornando à “primitividade”, e “louco” é aquele que não conhece a fome. Além disso, evidencia que quem governa o país é quem tem dinheiro, não sabe o que é fome, então não entende a situação dos favelados, o “braço desnutrido” de quem trabalha.

7 A FAVELA EXISTE E RESISTE: O DIÁRIO E SEUS EFEITOS DISCURSIVOS

FIGURA 12 – Carolina resiste



"Não digam que fui
rebotalho,
que vivi à margem da vida.
Digam que eu procurava
trabalho,
mas fui sempre preterida.
Digam ao povo brasileiro
que meu sonho era ser
escritora,
mas eu não tinha dinheiro
para pagar uma editora."

Carolina Maria de Jesus

Fonte: <https://antologiadefemininavirtual.wordpress.com/tributo-a-carolina-maria-de-jesus/>

Sobreviver¹² é resistir, enfrentar, atravessar e escapar, continuar a existir mesmo sem o outro ou após uma grande perda, foi esses sentidos que definiram a vida de Carolina Maria de Jesus na favela do Canindé, sem seus pais e sem apoio de nenhum familiar, ela trilhou uma carreira solo, onde tinha somente a companhia de seus filhos e da escrita, que acompanhava sua rotina na favela, tanto que seu sonho era ser escritora. A luta diária que Carolina enfrentava era catando papel, em um lixão, próximo de sua casa, relatava em um diário, denominado *Quarto de Despejo* (1960), sua rotina no trabalho, suas relações com a vizinhança, enfim, seu cotidiano como mulher negra e moradora da favela, que segundo ela é onde jogam os lixos.

É a partir da simplicidade de Carolina Maria de Jesus, que foi símbolo de resistência, que movemos nossa análise, primeiramente, pautada em um desejo de conhecer mais sobre a vida e obra de uma mulher que foi e, porque não dizer é, voz da favela. Salientamos a dificuldade em realizar um trabalho num período pandêmico, que iniciou em 2021 e que se estendeu até 2022, mas a instigante busca pelos sentidos e as inquietações teóricas sobre a obra *Quarto de Despejo*

¹² Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/sobreviv%C3%A2ncia/>

fizeram com que rompêssemos os medos, inseguranças e o que poderia surgir num período solitário, sem a vivência no ambiente universitário, mesmo assim não podíamos parar frente a um trabalho que demandaria muita pesquisa e dedicação.

É pela pesquisa que conseguimos mobilizar os conceitos em AD, por meio da interpretação, descrição e análise de alguns recortes da obra *Quarto de Despejo*. O percurso teórico que trilhamos nos possibilitou vastos caminhos delineados de surpresas ao longo do trabalho. Iniciamos com as posições-sujeito, a fim de entender o modo como elas funcionavam no discurso. Após isso, como trabalhamos com o discurso literário, que não tem compromisso fiel com a realidade, identificamos as diferentes Representações das posições-sujeito (RPS) na obra, a partir da RPS1 moradora da favela, RPS2 escritora e RPS3 mulher negra, baseadas nas categorias analíticas tal como foram propostas por Petri (2004).

Cada RPS foi analisada durante a escrita dos capítulos teóricos por meio de sequências discursivas que apresentaram o recorte das obras, assim conseguimos ter uma visão ampla dos sentidos apresentados na obra. Desse modo, na RPS1 temos um sujeito que se inscreve em uma formação discursiva de moradora da favela que questiona as condições em que os favelados viviam, comparando-a com um “chiqueiro” que cheira a “lama podre”, entretanto se contradiz quando aborda que São Paulo é a “sala de visita” e a favela “é o quarto de despejo”, identificando-se com o discurso da favela.

A constante crítica da RPS1 aos políticos da época pela falta de um olhar humanizado para a favela, evidencia a luta de classes de acordo com Pêcheux (2014), e o funcionamento da ideologia dominante por meio dos aparelhos ideológicos de Estado determinam o lugar dos pobres, negros, ex-migrantes, que seria na favela, já dos brancos na cidade grande, usufruindo da modernização. Na RPS1 a fome vai funcionar como um símbolo de resistência, aparece várias vezes na obra como uma forma de denúncia ao modelo político da época.

É na RPS1, através da pontuação marcada pelo parêntese e reticência, que há um discurso interrompido, omissivo, por vezes, alterna entre sonho e fantasia, sendo que mistura o real e o imaginário. Ela sonha que reside “em um castelo de ouro” quando acorda está na favela, provando que somos sujeitos mobilizados pelo inconsciente e atravessados pela ideologia, não somos donos do nosso dizer.

Na RPS2 temos a escritora que se identifica com o discurso literário, deseja escrever no seu diário para que sua voz seja ouvida, a memória faz questão de instaurar outros sentidos. A mulher negra passa a ter voz na literatura, mesmo não sendo valorizada pelo cânone literário, surge um grito da favela que instaura outros sentidos a partir do já-dito, assim seus discursos foram construídos a partir do seu desejo incessante em escrever as suas misérias. Por isso, rompe o já posto instaurando o outro no discurso a partir da memória, assim os processos polissêmicos passam a ter funcionamento. Entendemos que os movimentos sociais dos negros, a resistência das mulheres que lutaram para criar seus filhos no período da escravidão, o ideal de negritude, refletem na RPS2 no discurso, uma escritora que apresenta uma força que foi construída ao longo dos séculos pelos precursores dos movimentos.

No jogo da metáfora com o simbólico, identificamos a partir de uma FD as diferentes FDs em um mesmo sujeito, que outrora também se contrai-identifica com alguns discursos, em que o jogo da língua possibilita, por momentos ela sente orgulho de ser negra, entretanto à mesma palavra é atribuída algo negativo em que “a vida é negra”, “negro é tudo o que nos rodeia”, assim entendemos uma RPS3 que está no âmbito da contradição imposta pelo desejo de estabelecer uma formação discursiva, que por vezes é influenciada pela formação imaginária que diz de si e do outro, ou seja, o racismo é presente no modo como a designam, assim ela deseja fugir daquilo que é “negro”, para ser compreendida.

O fato de ocorrer uma contradição no modo como a palavra “negra(s), preta” é posta denomina os processos de contrai-identificação. É por meio da memória que esses discursos surgem e são postos à baila, a obra *Quarto de Despejo* foi escrita em um período em que predominava a industrialização desenfreada em São Paulo, assim o diário de Carolina é delineado de denúncias às questões relativas da favela. Partimos do mundo social da autora para mobilizar os sentidos no discurso, trazendo a exterioridade para o interior do texto, que nos possibilita trabalhar os aspectos sócio-históricos.

Assim, o caminho foi de análise teórica a partir dos conceitos caros em AD, como: discurso literário, sujeito, ideologia, memória, formações discursivas e imaginárias, metáfora e jogo do simbólico, o que nos trouxeram uma visão mais ampla sobre os sentidos apresentados na obra.

Então, por meio das análises, entendemos que Carolina de Jesus é marcada por várias representações-sujeito, assim alterna, em seu dizer, saberes advindos de diferentes formações discursivas, por momentos assume a RPS1 através aspectos da sua vida como moradora da favela, em que se identifica com o discurso posto, assim como na sua relação como escritora e porta voz dos menos favorecidos, seus vizinhos. Por vezes, apresenta a RPS2 em que deseja estar na “sala de visita”, mas é no “quarto de despejo” que se identifica, mesmo não tendo uma boa relação com seus vizinhos, ela luta por condições mais dignas na favela e que, conseqüentemente, favorecerá a todos os moradores. Em outros momentos, surge a RPS3 em que a mulher negra se contrai-identifica com o discurso, instaurando o equívoco, a contradição. O que mostra as suas diferentes tomadas de posição e os sentidos que as permeiam como um sujeito duplo, atravessado pelo inconsciente.

O dizer a partir das representações da posição-sujeito discursiviza a memória, significa, sendo que uma moradora da favela, escritora e mulher negra conquista o seu espaço discursivo e resgata uma memória constituída de racismo, preconceito social e luta de classes, questionando-a por meio da escrita, resistindo em seu tempo. O fato de defender a favela e lutar por condições dignas, faz dela um sujeito que se identifica com o discurso e com seu lugar social, assim como o processo de escrever, já “ser negra”, muitas vezes, é atrelado a algo negativo, isso porque a memória discursiva entra em funcionamento e possibilita outras significações.

Ter um olhar discursivo sob a obra *Quarto de Despejo* é ir além do evidente, considerando os processos exteriores à materialidade linguística, é entender que Carolina de Jesus surge com um discurso da favela, com coragem e força para vencer os esteriótipos, porque sua história vem sendo construída a partir de movimentos sociais de negros, de escravos que lutaram incansavelmente para serem libertos, de mulheres que não desistiram de seus filhos. É preciso considerar a historicidade para, assim, mobilizarmos os sentidos. Falar de racismo no século XXI é diferente de entendê-lo no século XX, então, partimos de um olhar distante para o nosso objeto de estudo a fim de identificar os processos exteriores à língua.

Não só na Análise de Discurso, mas na construção da história, é importante destacar a autoria feminina negra, Carolina de Jesus abriu caminhos para diversas autoras negras como: Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Djamilia Ribeiro, entre outras, que discursivizam sobre o lugar do negro na sociedade brasileira. Ademais,

esse estudo foi relevante para refletirmos sobre os sentidos constituídos a partir do discurso literário, que está no âmbito da representação e nos possibilita adentrar um universo literário para além do que está posto na obra.

A importância de lermos e compreendermos as autoras negras e suas obras mostra um pouco do nosso lugar social, em que descende de mulheres negras que têm história, que sobreviveram em meio as dificuldades, mulheres fortes e batalhadoras que ousaram para conquistar seu espaço na sociedade. A necessidade em manter uma memória e história faz com que nosso interesse continue em refletir sobre o papel social da mulher negra, tendo em vista a bagagem que elas carregaram, muitas trabalhando no interior, em grandes fazendas, vivendo sob um regime escravocrata, cuidando de suas famílias e do outro. Aos poucos foram conquistando seu lugar, mas com muita dificuldade, pois o negro, a negritude, é alvo de indagações (CARNEIRO, 2011), diferente do branco.

Esse trabalho não é só uma reflexão teórica entre sentidos e discursos, mas também social que questiona, reflete sobre o lugar da mulher negra na sociedade, sobre a invisibilidade que muitas sofreram/sofrem, e a incessante luta antirracista que se instaura na voz de muitas mulheres que desejam transformar, empoderar e influenciar o meio onde vivem, considerando a história de escravidão e opressão como um motor para mudar e conscientizar muitos brasileiros, tendo em vista que o racismo é uma questão estrutural (RIBEIRO, 2019). A mulher negra significa.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W. Movimentos sociais abolicionistas. SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 328-334, 2018.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3. ed. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- BECK, M.; ESTEVES, P. M. da S. O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. **Leitura**, [S. l.], v. 2, n. 50, p. 135-162, 2014. DOI: 10.28998/2317-9945.2012v2n50p135-162. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1152>. Acesso em: 13 maio 2022.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Coordenação: Vera Lúcia Benedito. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DOMINGUES, P. Associativismo Negro. SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 321-327, 2018.
- FARIAS, T. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- FERNANDES, C. A. Literatura: forma e efeito de sentido. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos**. 1. ed. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 229-238.
- FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. **Letras**, [S. l.], n. 27, p. 39-46, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2176148511896>. Acesso em: 10 maio 2022.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- GRANTHAM, M. R. **Da releitura à escritura: um estudo da leitura pelo viés da pontuação**. 2002. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2277>. Acesso em: 25 maio 2023.
- GRANTHAM, M. R. Entre exclamações e interrogações: uma reflexão sobre língua, discurso, leitura e ensino. **Traços de Linguagem**, Cáceres, v. 2, n. 2, p. 9-19, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/2594.9063.2018v2n2id3163>. Acesso em: 25 maio 2023.
- GREFF, L. B.; CABRERA, B. C. Construindo memórias no escuro do Quarto de

despejo. WITZEL, D. G.; TEIXEIRA, N. C. R. B. (org.). **Quarto de despejo**: olhares sobre a obra de Carolina de Jesus. Ponta Grossa: Ed. UEPG, p. 55-73, 2018.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. *In*: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (org.). **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrEvandraG.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Tradução: Bethania Mariani *et al.* Campinas: Ed. Unicamp, 1997. p. 13-38.

INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.). **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara luz, 2007. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndurksky.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

LEANDRO, M. L. da C. R. **Autoria e resistência**: Carolina Maria de Jesus em discurso. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-03102019-231200/pt-br.php>. Acesso em: 22 jun. 2023.

LISBÔA, N. T. **A pontuação do silêncio**: uma análise discursiva da escritura de Clarice Lispector. São Paulo: Pontes Editores, 2008.

LUCAS, C. R. As representações da cidade no discurso literário: a rua de Clarice Lispector. *In*: ORLANDI, E. P. (org.). **Cidade Atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001. p. 175-180.

MACHADO, M. H. P. T. Mulher, corpo e maternidade. SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 334-341, 2018.

MEDEIROS, C. S. As condições de produção e o discurso na mídia: a construção de um percurso de análise. **Revistas Eletrônicas da PUC-RS**, Porto Alegre, v. 13, n. 20, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/famecos/article/view/4833>. Acesso em: 12 set. 2022.

MELLO, C. J. A.; FONTOURA, S. S. Sujeitos silenciados: evidências de um discurso de resistência em Quarto de despejo. WITZEL, D. G.; TEIXEIRA, N. C. R. B. (org.). **Quarto de despejo**: olhares sobre a obra de Carolina de Jesus. Ponta Grossa: Ed. UEPG, p. 31-54, 2018.

NASCIMENTO, M. B. **O negro visto por ele mesmo**. Organização: Alex Ratts. Posfácio: Muniz Sodré. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NEVES, M. H. M. As estratégias discursivas e suas implicações na relação entre oralidade e escrita – Um estudo do parêntese na crônica. **Linguística**, [S. l.], v. 27, p. 77-97, 2012. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2079-312X2012000200005. Acesso em: 5 jun. 2023.

OLIVEIRA, G. A. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/DEODSO>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ORLANDI, E. A Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 42, p. 21-40, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637139>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, E. **As formas de silêncio**: no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**. Campinas: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, E. Do sujeito na história e no simbólico. **Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso**: linguagem, cidade, política e sociedade, Laboratório de Estudos Urbanos, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/site/web/pagina/31>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. **Rua**, Campinas, v. 4, n. 1, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626/8177>. Acesso em: 8 maio 2022.

PÊCHEUX, M. A Análise de Discurso: três épocas (1983). *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel

Pêcheux. 3. ed. Tradução: Bethania Mariani *et al.* Campinas: Ed. Unicamp, 1997a. p. 311-319.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso - AAD-69. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Tradução: Bethania Mariani *et al.* Campinas: Ed. Unicamp, 1997b. p. 61- 162.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* (org.). **Papel da memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 50-56.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PETRI, V. De “garganta do diabo” para “ponte sobre o vale do menino Deus”: reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. **Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**, [S. l.], n. 16, 2010. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PETRI, V. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação, em Porteira Fechada, de Cyro Martins. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

PETRI, V. Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60. **Expressão**: Revista do Centro de Artes e Letras da UFSM, Santa Maria, n. 2, p. 1-11, 2006.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, F. A. A pontuação da incompletude em A hora da estrela. **Fragmentum**, Laboratório Corpus, n. 29, parte I, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11167>. Acesso em: 06 jun. 2023.

TEIXEIRA, N. C. R. B.; HORST, J.; COSTA, M. Entre palavras e exclusão: a voz Carolina. WITZEL, D. G.; TEIXEIRA, N. C. R. B. (org.). **Quarto de despejo**: olhares sobre a obra de Carolina de Jesus. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018. p. 133-154.

TEIXEIRA, O. I. **O Ministério da Educação (MEC) na Educação de Jovens e Adultos (EJA): linguagem e discurso**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2017. Disponível em: <https://1library.org/article/o-sil%C3%AAncio-sobre-a-an%C3%A1lise-de-discurso.zw5d721z> . Acesso em: 06 jul. 2022.

WITZEL, D. G.; TEIXEIRA, N. C. R. B. Presença de Carolina no cenário literário das impossibilidades. WITZEL, D. G.; TEIXEIRA, N. C. R. B. (org.). **Quarto de despejo**: olhares sobre a obra de Carolina de Jesus. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018. p. 117-131.

OBRA LITERÁRIA

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. Ilustração: Vinícius Rossignol Felipe. São Paulo: Ática, 2014.